



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA – Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias N°. 84 de 22.12.94 da Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

**Autores de Violência Doméstica entre Parceiros Íntimos: Características
Biopsicossociais a Partir dos Casos Notificados entre 2018 e 2022**

Adriana Almeida de Azevedo Ribeiro

Belém – PA

2025



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA – Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias N.º. 84 de 22.12.94 da Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

**Autores de Violência Doméstica entre Parceiros Íntimos: Características
Biopsicossociais a Partir dos Casos Notificados entre 2018 e 2022**

Adriana Almeida de Azevedo Ribeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof.º. Dr.º. Marcus Bentes de Carvalho Neto

Coorientadora: Prof.º. Dr.ª. Daniela Castro dos Reis

Belém – PA

2025

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
UFPA/Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento - BIBLIOTECA

R484a Ribeiro, Adriana Almeida de Azevedo, 1992 -
Autores de violência doméstica entre parceiros íntimos:
características biopsicossociais a partir dos casos notificados entre
2018 e 2022 / Adriana Almeida de Azevedo Ribeiro. – 2025.
96 p.: il.

Orientador: Marcus Bentes de Carvalho Neto

Coorientadora: Daniela Castro dos Reis

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo
de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Programa de Pós-
Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2025.

1. Violência conjugal. 2. Violência por parceiro íntimo. 3.
Violência contra mulher. 4. Direito da mulher. 5. Biopsicossocial. 6.
Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). I.
Título.

CDD - 23. ed. 342.16

Catalogação na fonte: Maria Célia Santana da Silva – CRB-2/780

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Adriana Almeida De Azevedo Ribeiro, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, Brasil.

Contato: Adriana Almeida De Azevedo Ribeiro

Mail: adrianaaaribeiro@gmail.com



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA – Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias N°. 84 de 22.12.94 da Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

Defesa de Mestrado

“Autores de Violência Doméstica entre Parceiros Íntimos: Características Biopsicossociais a Partir dos Casos Notificados entre 2018 e 2022.”

Aluna: Adriana Almeida de Azevedo Ribeiro

Data da Defesa: 12 de dezembro de 2025.

Resultado: Aprovada.

Banca Examinadora:

Profº Drº Marcus Bentes de Carvalho Neto (orientador – UFPA).

Profº Drª Daniela Castro dos Reis (coorientadora – UFPA).

Profº Drª Kamilly Souza do Vale (membro 1 – UFPA).

Profº Drº Pedro Felipe dos Reis Soares (membro 2 – UFPA).

Termo de Autorização e Declaração de Distribuição não exclusiva para Publicação Digital no Repositório Institucional da UFPA

IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR E DA OBRA

Autor*: Adriana Almeida de Azevedo Ribeiro

Vínculo com a UFPA: () Servidor; (X) Discente

Unidade: Núcleo de Teoria e Pesquisa do

Comportamento

Sub Unidade: Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

Tipo do documento: () Tese; (X) Dissertação; () Livro; () Capítulo de Livro; () Artigo de Periódico; () Trabalho de Evento; ()

Outro. Especifique: _____

Título do Trabalho: Autores de Violência Doméstica entre Parceiros Íntimos: Características Biopsicossociais a Partir dos Casos Notificados entre 2018 e 2022

Data da Defesa: 12/12/2025 Área do Conhecimento: Psicologia Experimental

Agência de Fomento:

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

*Para cada autor, uma autorização preenchida e assinada.

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA

O referido autor:

A) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

B) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal do Pará os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros, está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal do Pará, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPA a disponibilizar de acordo com a licença pública *Creative Commons* Licença 3.0 *Unported*, e de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra citada, conforme permissões abaixo por mim assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a partir desta data.

Permitir o uso comercial da obra?

() Sim

(X) Não

Permitir modificações em sua obra?

() Sim, contanto que compartilhem pela mesma licença

(X) Não

O documento está sujeito ao registro de patente?

() Sim

(X) Não

A obra continua protegida conforme a Lei Direito Autoral.

Belém(PA), 11/ 02 / 2025

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos do Autor

Documento assinado digitalmente

gov.br

ADRIANA ALMEIDA DE AZEVEDO RIBEIRO

Data: 11/02/2026 10:51:18-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ribeiro. A A A (2025). **Autores de Violência Doméstica entre Parceiros Íntimos: Características Biopsicossociais a Partir dos Casos Notificados entre 2018 e 2022.**

Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, PA, 96 p.

Resumo

A violência contra a mulher configura-se como um grave problema de saúde pública, manifestando-se predominantemente no ambiente doméstico e em relações de afeto, resultando em danos físicos, sexuais e psicológicos. Apesar do aumento expressivo de casos no Brasil, com o estado do Pará ocupando a 8ª posição entre os mais violentos do país, a literatura ainda apresenta lacunas quanto às características dos agressores. Diante desse cenário, o presente estudo objetivou traçar o perfil biopsicossocial dos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos, utilizando dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) entre 2018 e 2022. Os resultados indicaram que os autores no Pará são majoritariamente homens adultos, cujas ações estão inseridas em um contexto patriarcal que naturaliza desigualdades de gênero. Observou-se a predominância das violências física e psicológica, frequentemente associadas ao consumo de álcool como fator potencializador da agressividade. Conclui-se que, embora o foco acadêmico recaia majoritariamente sobre as vítimas, a compreensão detalhada do perfil e das práticas dos autores é um passo fundamental para o rompimento do ciclo de violência, fornecendo subsídios essenciais para a elaboração de políticas públicas preventivas e educativas mais eficazes no cenário regional.

Palavras-chave: violência contra a mulher, parceiros íntimos, características biopsicossociais, notificações do SINAN.

Ribeiro, A. A. A. (2025). Perpetrators of Domestic Violence among Intimate Partners: Biopsychosocial Characteristics based on Notified Cases between 2018 and 2022. Master's Dissertation. Postgraduate Program in Theory and Research of Behavior. Belém-PA. 96 pages.

Abstract

Violence against women is a serious public health problem that occurs predominantly in domestic environments and intimate relationships, resulting in physical, sexual, and psychological harm. Despite the significant increase in cases in Brazil, with the State of Pará ranking as the 8th most violent in the country, the literature still presents gaps regarding the characteristics of the perpetrators. In this context, this study aimed to profile the biopsychosocial characteristics of domestic violence perpetrators among intimate partners, using data from the Notifiable Diseases Information System (SINAN) between 2018 and 2022. The results indicated that the perpetrators in Pará are mostly adult men, whose actions are embedded in a patriarchal context that naturalizes gender inequalities. There was a predominance of physical and psychological violence, frequently associated with alcohol consumption as a potentiation factor for aggression. It is concluded that, although the academic focus mostly falls on the victims, a detailed understanding of the perpetrators' profiles and practices is a fundamental step toward breaking the cycle of violence, providing essential subsidies for the development of more effective preventive and educational public policies in the regional scenario.

Keywords: violence against women, intimate partners, biopsychosocial characteristics, SINAN notifications

Lista de Tabelas

Tabela 01: Sexo dos Prováveis autores de violência no período de 2018 a 2022.....

Tabela 02: Ciclo de vida dos prováveis autores de violência doméstica no período de 2018 a 2022 no Estado do Pará.....

Tabela 03: Número de Envolvidos na violência praticada contra a mulher no Estado do Pará entre 2018 a 2022.....

Tabela 04: Local de ocorrência da violência praticada contra a mulher no Estado do Pará entre 2018 a 2022.....

Tabela 05: Situação Conjugal dos autores com as vítimas de violência doméstica no Estado do Pará entre 2018 e 2022.....

Tabela 06: Uso de álcool pelos autores de violência doméstica entre 2018 a 2022.....

Tabela 07: Raça das vítimas de violência doméstica ocorrida no Estado do Pará entre 2018 e 2022.....

Tabela 08: Escolaridade das vítimas de violência doméstica ocorrida no estado do Pará nos anos de 2018 a 2022.....

Tabela 09: Situação conjugal das vítimas de violência doméstica ocorrida no Estado do Pará nos anos de 2018 a 2022.....

Tabela 10: Zona de ocorrência, local, hora, violência dos casos ocorridos no Pará entre 2018 a 2022.....

Tabela 11: Meios de Violência utilizados pelos autores na violência doméstica entre 2018 a 2022 no estado do Pará.....

Tabela 12: Associação entre o sexo dos autores e as variáveis ciclo de vida do autor, número de envolvidos e uso de álcool.....

Tabela 13: Associação entre o número de envolvidos e as características sociodemográficas das vítimas de violência doméstica.....

Tabela 14: Associação entre o número de envolvidos e as violências praticadas pelos autores de violência doméstica.....

Tabela 15: Associação entre número de envolvidos e os meios de violência utilizados pelos autores de violência doméstica.....

Sumário

Apresentação	12
Introdução	13
Dados Epidemiológicos Sobre Violência Doméstica e Entre Parceiros Íntimos	19
Autores de Violência Doméstica e Parceiros Íntimos	21
Objetivos	26
Método	28
Delineamento	28
Fonte de Informação (Ficha de Notificação do SINAN)	28
Aspectos Éticos	31
Procedimentos	32
Procedimentos de Coleta	32
Critérios de Inclusão	33
Critérios de Exclusão	33
Procedimentos de Análise	33
Resultados e Discussão: A violência praticada por autores homens em uma relação íntima de afeto contra mulheres no estado do Pará	36
Análise dos Dados Descritivos	36
Características dos Prováveis Autores	36
Características das Vítimas	48
Características das Violências	55
Análise dos dados Exploratórios	62
Características dos Prováveis Autores	62
Associação entre Características dos Autores e as Características das Vítimas	66

Associação entre as Características dos Autores de Violência Doméstica entre Parceiros Íntimos e as Características da Natureza das Violências	69
Considerações finais	76
Referências	80
Anexos	89

Apresentação

Esta dissertação foi desenvolvida pela aluna Adriana Almeida de Azevedo Ribeiro, sob orientação da Professora Dra. Daniela Castro dos Reis. O interesse pela pesquisa surgiu do meu entusiasmo pela Análise do Comportamento, despertado ainda na graduação em Psicologia, no primeiro contato com a disciplina, durante o 3º semestre do curso. Ao longo desse período, percebi que minha formação em Direito também poderia contribuir para minha trajetória acadêmica, abrindo a possibilidade de ingresso no programa de mestrado.

Inicialmente, tive orientação com o Professor Marcus Bentes com Coorientação do Professor Pedro Soares, com o qual obtive um enorme aprendizado durante o projeto anterior realizado. Todavia, foi realizada a transição para a orientação da Professora Daniela Castro dos Reis que me acolheu de forma excepcional. A professora apresentou a possibilidade de trabalhar com o tema escolhido, despertando em mim grande interesse e motivação para o desenvolvimento deste estudo. Desde então, minha trajetória no mestrado tem sido marcada por aprendizados constantes e crescente desempenho e amor pela área, fortalecida pelo acompanhamento e suporte da orientadora. Sinto-me grata pela oportunidade de ser orientada da Professora Daniela Castro dos Reis, cuja orientação tem sido realizada de forma afetuosa e dedicada, possibilitando que o trabalho avançasse de maneira consistente e enriquecedora. Por fim, destaca-se que este projeto integra as produções do LED – Laboratório de Teoria e Pesquisa do Comportamento, do GEAV – Grupo de Estudo de Autores de Violência, vinculado ao PPPGTPC – Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento.

Introdução

A violência constitui um fenômeno histórico, social e multifacetado, atravessando diferentes dimensões da vida humana e assumindo formas diversas de acordo com contextos culturais, econômicos e políticos. Longe de se restringir a atos isolados de violência, ela se manifesta como um processo relacional impregnado de significados simbólicos, desigualdades estruturais e mecanismos de poder.

A Organização Mundial da Saúde define violência como o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si mesmo, outra pessoa, grupo ou comunidade, capaz de causar morte, lesão, dano psicológico, deficiência no desenvolvimento ou privação (WHO, 2002). Essa definição evidencia que o poder, e não apenas a violência física, constitui elemento central da violência, incorporando dimensões de coerção, controle e dominação. Compreender a violência requer, portanto, mais do que a análise de comportamentos individuais: é necessário considerar a rede de relações sociais e estruturais que a sustenta.

Nos estudos de Heise (1998) e Krug et al. (2002), ambos destacaram que a violência surge da interação entre fatores individuais, relacionais, comunitários e socioculturais, refletindo desigualdades de poder enraizadas nos contextos sociais. Pesquisas brasileiras (Santos & Lima, 2013) corroboram essa perspectiva, demonstrando que práticas violentas se sustentam em padrões culturais e históricos que naturalizam a dominação e a exclusão (Santos & Lima, 2013), reforçando a compreensão da violência como problema de saúde pública e violação de direitos humanos que demanda respostas interdisciplinares.

É válido mencionar que a violência manifesta-se de múltiplas formas, podendo ser classificada como auto infligida, coletiva ou interpessoal. Dentre essas, a interpessoal assume relevância por envolver violências entre indivíduos, especialmente quando essas ocorrem entre

membros da mesma família ou parceiros íntimos. A OMS (2002) distingue entre violência familiar e comunitária, sendo a primeira perpetrada dentro do núcleo doméstico e a segunda entre indivíduos sem laços de parentesco, mas compartilhando o mesmo ambiente social. Tal classificação evidencia a natureza relacional da violência e como padrões de poder se reproduzem em diferentes contextos sociais.

Entretanto, compreender a violência exige ir além de uma descrição meramente topográfica ou situacional, centrada apenas no comportamento observável ou no local em que ocorre. A violência deve ser entendida como fenômeno socialmente produzido, inscrito em redes de relações e estruturas históricas que organizam desigualdades e legitimam determinadas formas de dominação. Assim, mais do que um evento isolado, ela expressa dinâmicas relacionais que se sustentam em normas culturais, instituições e práticas cotidianas que estruturam as interações sociais.

No interior da esfera doméstica, a violência dirigida a parceiros íntimos, conhecida como violência doméstica, merece atenção especial devido ao seu caráter contínuo, privado e estrutural, afetando predominantemente mulheres e crianças. Ela é definida como qualquer ação ou omissão que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico, moral ou patrimonial, no contexto de unidade doméstica ou de relações íntimas de afeto (Brasil, 2006), transformando o lar, culturalmente concebido como espaço de proteção, em ambiente de vulnerabilidade para a vítima. A ONU (2005) reconhece a violência doméstica como uma das formas mais prevalentes de violação dos direitos humanos das mulheres, presente em múltiplos contextos sociais, econômicos e culturais.

Esse caráter estrutural implica reconhecer que a violência doméstica não pode ser reduzida a episódios individuais ou desvios comportamentais, pois está profundamente articulada a formas específicas de organização do poder no âmbito das relações de gênero e da vida social.

Estudos internacionais (Dobash e Dobash, 1979) demonstram que a violência doméstica não é um comportamento isolado ou patológico de alguns indivíduos, mas expressão de sistemas estruturais de dominação masculina. Dobash e Dobash (1979) evidenciaram que a violência conjugal se fundamenta em valores culturais que legitimam autoridade e controle masculinos, refletindo padrões de poder que atravessam gerações. No Brasil, Saffioti (2004) destaca que o homem, socialmente posicionado como dominante, recorre à violência como instrumento de controle sobre a parceira, tornando o ato de violência parte de uma estratégia simbólica de manutenção da assimetria de poder. Nessa perspectiva, compreender os autores da violência doméstica torna-se central, pois eles operam dentro de um contexto sociocultural que favorece e reproduz a dominação masculina, e suas ações não podem ser dissociadas da construção social de gênero e dos modelos de masculinidade internalizados. Investigar os perpetradores permite compreender os mecanismos sociais e culturais que sustentam a violência, superando explicações individuais ou patológicas. Além disso, conhecer suas motivações e modos de agir é essencial para romper ciclos de violência e orientar intervenções e políticas públicas mais eficazes.

Nesse sentido, torna-se fundamental problematizar o próprio conceito de poder. Poder não deve ser entendido apenas como posse individual ou atributo fixo de um sujeito, mas como uma relação social, construída e reproduzida nas interações, sustentada por normas culturais, instituições e práticas que definem posições de autoridade e subordinação. Assim, descrever elementos constitutivos do poder, como controle econômico, força física ou autoridade

simbólica, não é suficiente para defini-lo, pois ele se manifesta como dinâmica relacional que estrutura possibilidades de ação e impõe limites às experiências dos sujeitos.

No âmbito doméstico, as vítimas frequentemente enfrentam múltiplas formas de violência simultaneamente, como violência física, coerção sexual, humilhação psicológica, isolamento social, controle econômico e restrição de liberdade. A Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006) categoriza a violência doméstica em cinco tipos: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Cada uma dessas formas manifesta-se de maneira distinta, mas a sobreposição produz efeitos cumulativos, comprometendo a autonomia física, emocional e social das vítimas (Madureira et al., 2014). A relação de afeto entre vítima e autor de violência dificulta a percepção da violência e a realização de denúncias, reforçando o ciclo de dependência e medo. Barreiras como dependência econômica, retaliação e estigmatização social tornam ainda mais desafiadora a ruptura da dinâmica de violência, evidenciando que o estudo do autor da violência doméstica é imprescindível para compreender a persistência do fenômeno.

Neste contexto, faz-se importante compreender o conceito de violência por parceiro íntimo (VPI), visto que é fundamental para investigar a violência doméstica. Segundo a OMS (2024), a VPI inclui comportamentos de parceiros atuais ou anteriores que resultem em dano físico, sexual ou psicológico, englobando coerção e controle emocional, tanto em relações heterossexuais como homoafetivas. Dados globais indicam que cerca de uma em cada três mulheres é vítima de violência por parceiro íntimo, revelando a magnitude do problema (WHO, 2024).

Essa violência caracteriza-se por seu ciclo repetitivo e pela relação assimétrica de poder, reforçada por modelos sociais de masculinidade. Para Connell (1995) as masculinidades devem ser compreendidas como construções sociais dinâmicas, moldadas por expectativas culturais

sobre o que significa “ser homem”. A masculinidade hegemônica, conforme Connell e Messerschmidt (2013) legitima o controle masculino sobre as mulheres, marginalizando outras formas de masculinidade. Hooks (1984/2019), por sua vez, observa que o patriarcado posiciona os homens como agentes centrais da manutenção do poder, frequentemente aprisionando-os em ideais rígidos de virilidade e dominação. A socialização masculina dentro desses paradigmas favorece comportamentos violentos, resistência a buscar apoio e práticas de risco, criando condições propícias à violência entre parceiros íntimos (Borgogna e McDermott, 2022; Dier & Baldwin, 2022; Vandello et al., 2023).

Analisar os autores masculinos da VPI requer considerar múltiplos níveis, conforme o modelo ecológico da OMS (2002) e Heise (1998), abrangendo fatores individuais, relacionais, comunitários e sociais. No nível individual, elementos como histórico de abuso na infância, consumo de álcool, dificuldades de regulação emocional e crenças internalizadas sobre papéis de gênero aumentam a probabilidade de envolvimento em violência (Heise, 1998; Krug et al., 2002; WHO, 2024). Aspectos psicológicos como baixa empatia, impulsividade e dificuldades de mentalização também se correlacionam à prática de violência (Holtzworth-Munroe e Stuart, 1994; Taft et al., 2011). Destaca-se ainda que para Bandura (1973) a violência pode ser aprendida e reforçada socialmente, indicando que autores de VPI reproduzem padrões de violência experienciados anteriormente. No nível relacional, fatores incluem desequilíbrios de poder, ciúmes, controle comportamental, dependência emocional e conflitos conjugais (Capaldi et al., 2012).

O ciclo da violência, descrito por Walker (1979), demonstra que o padrão de violência tende a se repetir, reforçando vínculos emocionais complexos e dificultando a ruptura do relacionamento abusivo. Mulheres com dependência econômica, filhos dependentes ou baixa

rede de apoio enfrentam maior dificuldade em interromper o ciclo de violência, materializando desigualdades de gênero (Garcia et al., 2016).

No nível comunitário, pobreza, baixa coesão social, ausência de políticas públicas eficazes e normas permissivas à dominação masculina contribuem para a perpetuação da violência (Abramsky et al., 2011; Jewkes et al., 2015). Ambientes comunitários com fraca estrutura de proteção e tolerância cultural à violência naturalizam a violência e silenciam as vítimas.

No nível social, a violência por parceiro íntimo é sustentada por valores culturais, instituições e ideologias que legitimam o controle masculino e a submissão feminina. Connell (1995) evidencia que o patriarcado é um sistema dinâmico que reproduz a dominação masculina em múltiplas esferas, enquanto Bourdieu (1998) destaca a manutenção da dominação não apenas por coerção física, mas também por violência simbólica internalizada tanto pelas vítimas quanto pelos autores. A interseccionalidade (Crenshaw, 1989) permite compreender como gênero, raça e classe interagem, ampliando ou reduzindo vulnerabilidades, fator essencial para analisar autores de VPI em diferentes contextos sociais.

Diante desse panorama, a investigação dos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos torna-se central para a pesquisa acadêmica. Esses indivíduos não atuam isoladamente, mas em contextos que reforçam desigualdades de gênero, internalizam modelos de masculinidade hegemônica e reproduzem padrões aprendidos de violência. Compreender suas características individuais, relacionais, comunitárias e sociais permite delinear perfis, identificar fatores de risco e subsidiar políticas públicas e intervenções terapêuticas voltadas à prevenção e reeducação. A análise do autor da violência doméstica constitui, portanto, etapa fundamental

para interromper o ciclo de violência, promovendo mudanças estruturais e culturais capazes de reduzir a incidência de VPI e favorecer relações igualitárias e seguras.

Em suma, a violência doméstica entre parceiros íntimos deve ser compreendida como um fenômeno complexo, emergindo da interação de fatores individuais, relacionais, comunitários e sociais. Entretanto, o estudo visa centralizar as características biopsicossociais do autor de violência doméstica entre parceiros íntimos como objeto de análise, permitindo entender quais os padrões que influenciam no comportamento desses indivíduos e os contextos que sustentam a violência. Essa abordagem fornece base científica para estratégias de prevenção, políticas públicas eficazes e intervenções voltadas à equidade de gênero e à redução da violência, constituindo o núcleo investigativo da presente dissertação.

Dados Epidemiológicos Sobre Violência Doméstica e Entre Parceiros Íntimos

A violência doméstica entre parceiros íntimos (VPI) representa uma grave violação dos direitos humanos sendo um problema de saúde pública global. Estudos realizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que aproximadamente 30% das mulheres em todo o mundo já foram vítimas de violência física e/ou sexual por parte de um parceiro íntimo ou de violência sexual por um não parceiro ao longo da vida (WHO, 2021)

A prevalência de VPI varia conforme a região conforme os dados coletados pela OMS, na região africana, cerca de 33% das mulheres de 15 a 49 anos que já estiveram em um relacionamento relataram ter sofrido violência física e/ou sexual por um parceiro íntimo ao longo da vida. Nas regiões da Ásia, essa prevalência é de aproximadamente 31% e 30%, respectivamente, enquanto na região das Américas, a taxa é de cerca de 25% (WHO, 2021).

A VPI, portanto, está associada a uma série de consequências adversas para a saúde física e mental das vítimas. Além disso, a exposição à violência está ligada a comportamentos de risco, como gravidez não planejada e problemas de dependência emocional (WHO, 2021).

Em 2023 foi realizado um levantamento de dados (DataSenado, 2023) o qual mostrou que no Brasil 30% das mulheres do país já sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar provocada por um homem. Dentre elas, 76% sofreram violência física, índice que varia de acordo com a renda, enquanto 64% das mulheres que sofreram violência doméstica ou familiar recebem mais de seis salários-mínimos declaram ter sofrido violência física, esse dado chega a 79% entre as vítimas com renda de até dois salários-mínimos.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 atestou que os feminicídios cresceram 6,1% em 2022, resultando em 1.437 mulheres mortas simplesmente por serem mulheres. Os homicídios dolosos de mulheres também cresceram (0,9% em relação ao ano anterior), o que impossibilita falar apenas em melhora da notificação como causa explicativa para o aumento da violência letal. Além dos crimes contra a vida, as violências em contexto de violência doméstica tiveram aumento de 2,9%, totalizando 245.713 casos; as ameaças cresceram 7,2%, resultando em 613.529 casos; e os acionamentos ao 190, número de emergência da Polícia Militar, chegaram a 899.485 ligações, o que significa uma média de 102 acionamentos por hora. Além disso, registros de assédio sexual cresceram 49,7% e totalizaram 6.114 casos em 2022 e importunação sexual teve crescimento de 37%, chegando ao patamar de 27.530 casos no último ano. Ou seja, houve um crescimento nos dados notificados e que perpassa todas as modalidades criminais, desde o assédio, até o estupro e os feminicídios, sendo que em mais da metade dos casos (53,6%) o autor é identificado como o parceiro íntimo, em 19,4% dos casos como o ex-parceiro íntimo.

Em 2024, segundo pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Instituto Datafolha, 37,5% das mulheres brasileiras relataram ter sofrido algum tipo de violência física, sexual ou psicológica cometida por um parceiro íntimo nos últimos 12 meses. Esse índice representa aproximadamente 21,4 milhões de mulheres com 16 anos ou mais, sendo o maior registrado desde o início da série histórica da pesquisa em 2017.

Além disso, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou que, em 2024, foram registrados 966.785 novos casos de violência doméstica na Justiça brasileira, e 10.991 processos de feminicídio foram julgados, o maior número desde o início dos registros em 2020.

No Anuário Brasileiro de Segurança Pública em 2024, verificou-se que chegaram a 1.238.208 mulheres vítimas de violência e em comparação com os dados do ano anterior a violência contra a mulher cresceu, com a exceção do crime homicídio, que caiu 0,1%. A diminuição do homicídio, que em números absolutos corresponde a quatro casos a menos do que em 2022, totalizando 3.930 mortes. A diminuição dos homicídios é matizada também pelos feminicídios, que cresceram 0,8% em relação ao ano anterior, sendo 1.467 mulheres mortas por razões de gênero. Destaca-se que no feminicídio o companheiro da vítima (ex ou atual) é o responsável por 84,2% das mortes.

Diante dos dados obtidos, os quais revelam o aumento da incidência de casos de violência praticada por parceiros íntimos no ambiente doméstico e da falta de medidas que eficazmente colaborem para a diminuição da ocorrência de casos, verificou-se a necessidade de ampliação do conhecimento acerca de quem são os envolvidos na prática da violência, sobretudo, quem é o autor da violência doméstica entre parceiros íntimos.

Autores de Violência Doméstica entre Parceiros Íntimos

Diante deste cenário, verificou-se na literatura da área, o início de estudos realizados cujo objetivo principal foi compreender quem são os autores de violência doméstica entre parceiros íntimos, haja vista que tanto na literatura internacional (Dorling et al, 2024; Flynn e Graham, 2010; Brassard et. Al, 2023) como na nacional (Bezerra e Rodrigues, 2021; Getrat, Silveira e Neto, 2020; Madureira et. Al., 2014), há uma baixa produção científica acerca dos autores de violência entre parceiros íntimos. A justificativa pela escolha de estudar tais protagonistas não está ancorada somente pela baixa produção, mas pela necessidade de analisar quais as características biopsicossociais e as motivações intrínsecas e extrínsecas desses indivíduos, que possibilitem uma compreensão melhor sobre o fenômeno da violência entre parceiros íntimos.

Bezerra e Rodrigues (2021) buscaram analisar a violência contra a mulher em São Luis/MA entre os anos de 2009 e 2019, traçando um perfil tanto da vítima quanto dos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos, por meio do mapeamento de medidas protetivas emitidas pela justiça. O estudo identificou que os autores de violência doméstica entre parceiros íntimos possuíam entre 26 e 34 anos de idade, a maioria eram solteiros, com ensino médio completo e com profissão como motoristas, pedreiros e autônomos. Bezerra e Rodrigues (2021) relataram ainda que na maioria dos casos esses sujeitos consumiram drogas e bebidas alcoólicas, bem como que os relacionamentos entre autor e vítima duraram entre 01 e 05 anos, além do fato de que as causas apontadas para a prática da violência seria ciúmes, sentimento de posse do autor de violência em relação a vítima ou inconformismo pelo fim do relacionamento.

No estudo realizado por Getrat, Silveira e Neto (2020) buscou-se verificar as características socioeconômicas de homens autores de violência entre parceiros íntimos no ano de 2017, por meio de dados do Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violências da cidade de Canoas/RS, cuja amostra teve por base 140.191 notícias veiculadas pela imprensa brasileira entre

os meses de janeiro e novembro de 2018. Os resultados obtidos pelos pesquisadores identificaram que houve maior prevalência dos homens autores de violência na faixa de 32 a 38 anos (30%), seguida de 39 a 46 anos (25%) e de 53 a 60 anos. Da amostra pesquisada, 95% se autodeclararam brancos. Quanto a escolaridade 90% são alfabetizados, com 35% dos homens com Ensino Fundamental completo, 20% com Ensino Fundamental incompleto, 15% com Ensino Médio completo, 5% com Ensino Médio incompleto, 10% analfabetos e 10% com Ensino Superior incompleto. Ademais, 45% dos homens possuem como fonte de renda o trabalho formal, seguido de 20% como autônomos, 10%, trabalhadores informais e 10%, aposentados.

Outra pesquisa realizada por Madureira et al. (2014) objetivou traçar as características dos autores de violência contra a mulher que foram detidos em flagrante delito em um município do Estado do Paraná, por meio da análise de 130 Autos de Prisão em Flagrante. Tal estudo constatou que a idade dos autores de violência variava entre 18 e 66 anos, destacando a predominância de jovens adultos, especialmente na faixa de 20 a 29 anos (45,4%). A maioria da amostra era casada (76,1%), alfabetizada (90%), com baixa escolaridade. Apesar de 70,8% não terem antecedentes criminais, 29,2% já haviam sido presos, principalmente por violência doméstica.

No estudo de Madureira et al. (2014) foi possível identificar ainda que a violência ocorreu majoritariamente em residências (84,6%) e foi quase toda intrafamiliar (97,7%). A violência física foi a mais comum (61,6%), com maridos/companheiros como os principais autores de violências (61,5%). Ademais, o uso de substâncias, especialmente álcool, foi comum entre os autores da violência doméstica entre parceiros íntimos (70,8%).

Ao analisarem 335 fichas de notificação de mulheres vítimas de violência sexual, Ribeiro e Leite (2016) concluíram que a maioria dos autores de violência entre parceiros íntimos era do

sexo masculino (98,8%), com idades entre 18 e 35 anos (43,6%) e pertencentes à etnia parda (58,5%). O maior número de autores de violência tinha o ensino fundamental (50,3%) e residia perto da vítima (40,2%), bem como que os episódios de violência ocorreram principalmente à noite (30,7%) e na residência da vítima (43,6%), sendo o tipo mais comum de violência registrada foi o estupro ou tentativa de estupro (49,8%), realizado por familiares, amigos ou conhecidos (87%).

O estudo de Locatelli e Fernandes (2023) buscou identificar informações sobre os autores de violência entre parceiros íntimos a partir de dados coletados em inquéritos policiais. Assim, identificaram esses autores possuíam idades entre 12 e 60 anos, com a maioria (67,9%) na faixa de 18 a 29 anos. A escolaridade era predominantemente baixa, com 35,3% completando o ensino fundamental. Aproximadamente 70,6% estavam empregados, com rendas variando de um a quatro salários-mínimos. Quanto a cor da pele 38,2% eram pardos e 17,6% brancos. A maioria (70,6%) tinha de um a dois filhos, e 44,1% das violências foram cometidas por cônjuges. A violência ocorreu principalmente em residências (85,3%).

Além dos aspectos sociais as questões psicológicas também têm se debruçado sobre as características de autores de violência doméstica entre parceiro íntimo. O estudo de Dorling et al. (2024) explorou as características de personalidade dos autores de VPI, utilizando o Modelo dos Cinco Fatores (FFM). Os resultados sugeriram que esses autores apresentam traços distintos em dimensões como neuroticismo e abertura para novas experiências, o que pode influenciar seu comportamento violento (Dorling et al., 2024).

O estudo de Gomes (2025) analisou a relação entre os traços de personalidade e as tendências agressivas de autores de violência doméstica contra mulheres, com base em entrevistas com 30 homens atendidos pelo Núcleo de Prevenção e Enfrentamento à Violência de

Gênero (NUGEN) da Defensoria Pública do Pará. Os resultados mostraram correlação significativa entre personalidade e agressividade, destacando o Neuroticismo como o traço mais recorrente, associado à instabilidade emocional, impulsividade e dificuldade no controle de emoções, enquanto a tendência agressiva predominante foi a Conduta B, caracterizada por violência verbal e hostilidade esporádica. Entende-se por neuroticismo como a tendência a vivenciar emoções negativas de forma intensa e frequente, como ansiedade, irritabilidade, insegurança e instabilidade emocional, podendo contribuir para dificuldades de regulação afetiva e respostas desproporcionais em situações de conflito interpessoal.. A autora conclui que tais características refletem baixa abertura a mudanças, rigidez moral e déficits em habilidades sociais, indicando que a personalidade exerce papel relevante na predisposição a comportamentos violentos, o que reforça a necessidade de intervenções voltadas à reeducação desses indivíduos.

O estudo de Silveira (2024), por sua vez, investigou a relação entre estilos de apego e a violência por parceiro íntimo, comparando dois grupos de homens: um composto por autores de violência doméstica e outro pela população geral. Os resultados indicaram maior prevalência de estilos de apego inseguros (ansioso, evitativo e desorganizado) entre os autores de violência, o que se associa a dificuldades na regulação emocional, baixa confiança interpessoal e estratégias disfuncionais de resolução de conflitos. Esses padrões contribuem para o aumento de comportamentos agressivos quando há ameaça de rejeição ou abandono. A autora conclui que o apego inseguro, especialmente o preocupado e o evitativo, está relacionado à perpetração de violência física e psicológica, sendo a violência compreendida como uma forma de lidar com a ansiedade de separação e a frustração afetiva. Assim, o estudo reforça que compreender o

funcionamento emocional desses homens é essencial para intervenções que visem reduzir a reincidência e promover relações mais seguras

Deste modo, os dados encontrados e sinalizados na literatura ainda são incipientes perante o grau de severidade dos casos de violência. Tal conclusão decorre do fato de que, embora existam algumas investigações relevantes, os estudos identificados são pontuais, concentrados em determinados estados ou municípios, com recortes temporais específicos e amostras limitadas, o que dificulta a construção de um panorama mais amplo e sistemático sobre quem são os autores da violência entre parceiros íntimos no contexto brasileiro. Além disso, observa-se que a maioria das pesquisas prioriza características sociais ou isoladas, havendo pouca integração entre dimensões psicológicas, sociais e culturais que permitam compreender de forma mais aprofundada os mecanismos que sustentam a perpetração da violência. Além do mais, observa-se que é dado pouca importância aos estudos sobre autores de violência entre parceiros íntimos e que a literatura sobre as suas características, motivações, modos operantes ainda precisam ser incentivados, sobretudo no Brasil.

Objetivos:

Objetivo Geral:

Diante da discussão da literatura o objetivo da pesquisa foi analisar as características biopsicossociais de autores de violência doméstica entre parceiros íntimos, a partir dos dados obtidos por meio dos casos notificados no Sistema de Notificação de Agravos de Notificação (SINAN) no período de 2018 a 2022.

Objetivos específicos:

Identificar as características biopsicossociais de autores de violência doméstica entre parceiros íntimos;

Identificar as características biopsicossociais das vítimas

Identificar as características referentes à natureza das violências.

Método

Delineamento de pesquisa

Esta pesquisa quanto a sua natureza é empírica e transversal, cujo objetivo é descritivo e exploratório, com abordagem quantitativa dos dados com a utilização do tipo de procedimento documental.

Fonte de informação

Esta pesquisa foi realizada com base nos dados extraídos do banco de registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), referentes ao estado do Pará.

O SINAN constitui um dos principais sistemas nacionais de vigilância epidemiológica do Ministério da Saúde, sendo responsável por reunir, sistematizar e disponibilizar informações sobre agravos e eventos de notificação compulsória em todo o território brasileiro. Sua finalidade é subsidiar o planejamento de políticas públicas, orientar ações de prevenção e monitorar a ocorrência de diferentes formas de violência e outros agravos à saúde. Nesse sentido, o sistema atende toda a população brasileira usuária dos serviços de saúde, especialmente indivíduos em situação de vulnerabilidade, como mulheres vítimas de violência doméstica, crianças, adolescentes e idosos. Estudos nacionais têm utilizado amplamente o SINAN para analisar o perfil epidemiológico da violência interpessoal e doméstica, evidenciando sua relevância como fonte de dados para investigações sobre violência de gênero e violência por parceiro íntimo (Madureira et al., 2014; Ribeiro e Leite, 2016; Locatelli e Fernandes, 2023).

No estado do Pará, a violência doméstica apresenta-se como um problema de saúde pública de elevada magnitude, considerando os altos índices de notificações de agressões contra mulheres registrados nos últimos anos, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais, dificuldades de acesso a serviços especializados e limitações na rede de proteção. Assim,

compreender a realidade local torna-se fundamental para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento mais adequadas às especificidades regionais.

Este sistema compila informações provenientes das Fichas de Notificação Individual (Anexo 1) do SINAN. A proveniência desses dados está relacionada ao atendimento prestado em unidades de saúde públicas e privadas, uma vez que profissionais da saúde são legalmente responsáveis por notificar casos suspeitos ou confirmados de violência interpessoal e autoprovocada. Dessa forma, os registros do SINAN refletem episódios que chegam ao sistema de saúde e são formalizados como parte do processo de notificação compulsória, constituindo uma importante base para compreender padrões epidemiológicos e sociais da violência.

A Ficha de Notificação Individual do SINAN é composta por 69 campos, organizados em dez grandes tópicos temáticos. Além desses campos, há um espaço reservado para observações e informações complementares, em que o profissional responsável pelo preenchimento pode registrar dados como o nome do acompanhante da vítima, seu vínculo ou grau de parentesco com ela, bem como outras informações relevantes obtidas durante o atendimento.

Os tópicos da ficha abrangem as seguintes categorias: dados gerais (09), notificação individual (09), dados de residência (14), dados da pessoa atendida (07), dados da ocorrência (14), violência (03), violência sexual (03), dados do provável autor da violência (05), encaminhamentos (14), e dados finais (04).

O tópico Dados Gerais contém nove subitens, entre eles: tipo de notificação, classificação da doença ou agravo, data da notificação, estado e município da notificação, identificação da unidade notificadora e da unidade de saúde que realizou a notificação, além da data da ocorrência da violência.

O segundo tópico, Notificação Individual, também se subdivide em nove campos, nos quais constam: nome da vítima, data de nascimento, idade, sexo, condição gestacional (com tempo de gestação, se aplicável), raça/cor, escolaridade, número do cartão SUS e nome da mãe.

O terceiro tópico, Dados de Residência, abrange 14 subitens, tais como: estado e município de residência, distrito, bairro, logradouro (com código e número), complemento, dois campos de georreferenciamento, ponto de referência, CEP, telefone, zona de residência (urbana ou rural) e país.

Em seguida, o tópico Dados da Pessoa Atendida reúne informações sobre nome social, ocupação, estado civil, orientação sexual, identidade de gênero, além da presença de deficiência ou transtorno, especificando, quando for o caso, o tipo de limitação apresentada.

O quinto tópico, Dados da Ocorrência, detalha o local e circunstâncias do episódio, incluindo: estado e município da ocorrência, distrito, bairro, endereço, complemento, novos campos de georreferenciamento, ponto de referência, zona de ocorrência, hora do evento, local exato, reincidência da violência e se houve ou não lesão autoprovocada.

O tópico seguinte, Violência, aborda aspectos relacionados ao tipo de violência sofrida, como a motivação do ato violento, formas de violência praticadas e o meio utilizado para sua execução. Quando a violência tem caráter sexual, o sétimo tópico, "Violência Sexual", deve ser preenchido. Nele, especifica-se a natureza da violência (assédio, estupro, pornografia infantil, exploração sexual ou outras), bem como os procedimentos adotados pela equipe de saúde.

O oitavo tópico, Dados do Provável Autor da Violência, contempla informações sobre o número de autor de violências, relação entre o autor de violência e a vítima, sexo do autor, suspeita de consumo de álcool e ciclo de vida (faixa etária) do autor presumido.

Observa-se que a inclusão desses dados sobre o provável autor permite avançar na compreensão das características biopsicossociais envolvidas na violência por parceiro íntimo. Entende-se por fatores biopsicossociais o conjunto de dimensões biológicas (como idade e uso de substâncias), psicológicas (como traços de personalidade, impulsividade e regulação emocional) e sociais (como escolaridade, contexto socioeconômico e padrões culturais de gênero) que interagem na produção do comportamento violento.

O nono tópico registra os encaminhamentos realizados durante o atendimento da vítima, enquanto o último, Dados Finais, trata de elementos conclusivos, como a relação do evento com o ambiente de trabalho, emissão ou não de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), circunstâncias da lesão e a data de encerramento do atendimento.

Por fim, importa mencionar que o preenchimento da Ficha de Notificação Individual do SINAN, embora obrigatório e fundamental para a vigilância epidemiológica da violência, pode apresentar variabilidade quanto à sua precisão e completude. A qualidade das informações depende das condições do atendimento, frequentemente realizado em contextos de urgência e vulnerabilidade, bem como do relato da vítima, que pode ser atravessado por medo, estigmatização ou risco de retaliação, especialmente em casos de violência doméstica. Ademais, fatores como capacitação profissional, sobrecarga dos serviços e desigualdades estruturais entre municípios podem contribuir para inconsistências, subnotificação e campos incompletos, o que demanda cautela na interpretação dos dados e reforça a importância de contínuas ações de qualificação do processo de notificação.

Aspectos Éticos

Esta pesquisa fez parte do projeto multicêntrico intitulado Qualidade de Vínculos e Violência Intrafamiliar no Brasil: Mapeamento Epidemiológico, Fatores de Risco e Proteção e

Estratégias de Capacitação Profissional, em particular do Estudo 1 denominado Caracterização da violência familiar a partir da análise de casos notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Portanto, foi solicitado o acesso aos bancos de dados dos Centros Estaduais de Vigilância em Saúde do período de 2018 a 2022, a partir da aprovação pelo Comitê de Ética da Universidade Proponente, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) emitido dia 25 de janeiro de 2023 sob o protocolo CAAE 65608822.2.0000.5336 e parece N°5.863.373 (Anexo 2).

Procedimentos

Procedimento de Coleta

Os dados utilizados neste estudo foram obtidos por meio dos Centros Estaduais de Vigilância em Saúde, especificamente pelos Núcleos de Vigilância das Doenças e Agravos Não Transmissíveis de cada unidade federativa participante. A coleta foi conduzida de maneira descentralizada, ficando sob responsabilidade dos subgrupos de pesquisa designados para cada estado. Para obtenção dos dados, cada subgrupo protocolou solicitação formal junto às respectivas Secretarias Estaduais de Saúde, requerendo acesso às bases de dados referentes às notificações registradas no período de 2018 a 2022.

No total, foram coletados dados dos seguintes estados: Amazonas, Pará, Ceará, Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. O banco de dados referente ao estado do Pará, juntamente com o do Rio de Janeiro, foi disponibilizado em maio de 2022. Em junho do mesmo ano, obtiveram-se os dados do Ceará e do Distrito Federal. Posteriormente, em julho, foram acessadas as bases do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Por fim, apenas em novembro de 2023, foi concedido acesso aos dados do estado do Amazonas.

Cumprido destacar, contudo, que a presente análise será restrita às notificações provenientes exclusivamente do estado do Pará. Ainda que o levantamento dos dados tenha englobado diferentes unidades da federação, optou-se por delimitar o escopo da investigação ao território paraense, a fim de aprofundar a compreensão das características locais das notificações, respeitando os critérios de viabilidade e coerência metodológica com os objetivos desta dissertação.

Critérios de Inclusão

Os dados foram selecionados considerando os casos que envolveram homens, autores de violência doméstica praticada dentro de uma relação íntima de afeto ocorrida entre 2018 e 2022 no estado do Pará.

Critérios de Exclusão

Os casos excluídos correspondem as notificações caracterizadas enquanto violência autoprovocada, assim como as notificações em que o provável autor seja somente do sexo feminino, ou que o sexo do provável autor(a) esteja em branco ou tenha sido ignorada. Além disso, foram excluídas as notificações ocorridas fora do estado do Pará, bem como aquelas que o autor possuía entre 0 e 9 anos de idade, tendo em vista a delimitação da violência ocorrida dentro de uma relação íntima de afeto.

Procedimentos de Análise

Após a coleta dos dados referentes às notificações de violência doméstica ocorridas no estado do Pará, procedeu-se à sua sistematização inicial por meio da organização em uma planilha unificada no Microsoft Excel. Nessa etapa, foram excluídas todas as notificações que não atendiam aos critérios previamente estabelecidos para inclusão, garantindo a consistência do conjunto analisado. Em seguida, realizou-se a filtragem e categorização dos dados com base nas

referências teóricas selecionadas, o que possibilitou a reorganização das variáveis originais em categorias analíticas mais amplas e coerentes com os objetivos do estudo.

Os dados foram estruturados em três grandes grupos, de acordo com a lógica da Ficha de Notificação Individual (Anexo 1): (1) características dos prováveis autores, (2) dados da vítima e (3) dados relativos à natureza da violência.

No que se refere aos prováveis autores, foram consideradas as seguintes variáveis: sexo (masculino; ambos os sexos), ciclo de vida (adolescente: 10–19 anos; jovem: 20–24 anos; adulto: 25–59 anos; idoso: 60 anos ou mais), número de envolvidos (um; dois ou mais), uso de álcool (sim; não) e tipo de relação interpessoal com a vítima (cônjuge, ex-cônjuge, namorado, ex-namorado). Destaca-se que variáveis como etnia, estado civil, escolaridade, renda e ocupação do autor de violência doméstica entre parceiro íntimo não estão disponíveis nos registros do sistema e, portanto, não foram incluídas na análise.

Em relação às vítimas, foram consideradas as seguintes variáveis: sexo, raça/cor, escolaridade, situação conjugal, faixa etária e idade. Os dados sobre a violência abrangeram as diversas formas e meios de violência relatados nas notificações, incluindo: violência física, psicológica, sexual, por negligência, por tortura, financeira e outras. Os meios de violência foram descritos em detalhes, como força corporal, enforcamento, uso de objetos perfurocortantes, armas de fogo, substâncias tóxicas, ameaças, entre outros.

Também foram analisadas variáveis relacionadas ao contexto da ocorrência, como zona e local da violência, horário e ano da notificação. Adicionalmente, algumas variáveis foram recategorizadas em grupos sintéticos: tipos de violência (polimorfa, não polimorfa, ignorada), meios de violência (polimorfo, não polimorfo, ignorado) e horários (organizados por turnos: manhã, tarde, noite e madrugada).

Para a análise estatística, os dados organizados foram exportados para o software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). A primeira etapa consistiu em uma análise descritiva, a partir da qual foram obtidas as frequências absolutas e relativas das variáveis, bem como medidas de tendência central e de dispersão, conforme a natureza dos dados.

Na etapa exploratória, foi realizada a análise de associação entre as variáveis categóricas relativas aos autores e às vítimas, bem como às circunstâncias das violências notificadas. Essa análise não se limitou à verificação da existência de associações estatisticamente significativas, mas procurou avaliar a força das associações observadas, considerando a magnitude da relação entre as variáveis qualitativas. Tal abordagem é fundamental para compreender, além da existência de vínculos estatísticos, a intensidade com que determinadas características estão associadas entre si, permitindo assim interpretações mais robustas acerca do fenômeno investigado.

Dessa forma, a investigação estatística procurou não apenas descrever os dados, mas também revelar padrões de tendências por meio da avaliação do grau de associação entre variáveis, priorizando a interpretação substancial desses vínculos à luz do referencial teórico adotado nesta pesquisa.

Resultados e Discussão

Esta seção tem por objetivo apresentar e discutir os principais resultados obtidos a partir da análise dos registros de violência doméstica praticada por homens contra mulheres em uma relação íntima de afeto, notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

Os resultados serão apresentados de forma descritiva e analítica, seguido dos dados exploratórios analisando a associação entre as características dos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos, as características das vítimas e aquelas associadas às violências.

Análise dos dados Descritivos

Características dos Prováveis Autores

Segundo o banco de dados analisado foram identificadas 12.426 notificações no estado do Pará ocorridas entre os anos de 2018 e 2022. A tabela 01 apresenta o sexo dos prováveis autores de violência doméstica entre parceiros íntimos entre os anos de 2018 e 2022:

Tabela 01

Sexo dos Prováveis autores de violência no período de 2018 a 2022

Variáveis	F	%
Sexo do(a) autor(a)		
Masculino	12179	98,0
Feminino	109	0,9
Ambos os sexos	60	0,5
Ignorado	76	0,6
Não se aplica	2	0,0
Total	12426	100,0

A Tabela 01 evidencia que 98% dos casos notificados no período de 2018 a 2022, foram praticados por autores do sexo masculino.

A literatura da área (Heise e Kotsadam, 2015) tem indicado que a maior incidência de violência doméstica cometida por homens está associada a fatores socioculturais, psicológicos e

estruturais que reforçam a dominação masculina e a desigualdade de gênero. O estudo realizado por Heise e Kotsadam, 2015 apontou que normas tradicionais de masculinidade, baseadas em controle e poder sobre a parceira, estão entre os principais preditores da violência doméstica praticada por homens nas relações íntimas.

Além disso, experiências de abuso e negligência na infância, bem como a exposição precoce à violência entre os pais, aumentam significativamente o risco de que homens reproduzam comportamentos violentos na vida adulta (Trevillion et al., 2022). Outros fatores como uso abusivo de álcool e drogas, atitudes patriarcais e crenças que naturalizam a violência contra a mulher também estão fortemente associados à perpetração da violência (World Health Organization, 2013).

Neste contexto, verifica-se que, embora mulheres também possam cometer a violência, a violência doméstica entre parceiros íntimos tende a ser praticada por homens, de modo mais sistemático e instrumental, voltada à intimidação e ao controle da parceira (Johnson, 2008). Assim, compreende-se que a predominância de homens entre os autores de violência doméstica entre parceiros íntimos decorre de uma combinação entre fatores individuais, culturais e estruturais que sustentam padrões de poder desiguais e legitimam comportamentos violentos masculinos (Johnson, 2008).

Outro aspecto é sobre o ciclo de vida dos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos sinalizado na tabela 02. Importa mencionar que, na ficha de notificação, as idades dos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos não são disponibilizadas, motivo pelo qual a análise foi feita a partir do ciclo de desenvolvimento desses indivíduos.

Tabela 02

Ciclo de vida dos prováveis autores de violência doméstica entre parceiros íntimos no período de 2018 a 2022 no Estado do Pará

Variáveis	F	%
Ciclo de Vida		
Adolescente	151	1,24
Jovem	987	8,10
Pessoa Adulta	10046	82,49
Pessoa Idosa	353	2,90
Ignorado	889	7,30
Total	12.179	100,0

Conforme se observa na tabela 02, entre os casos notificados no Estado do Pará entre os anos de 2018 e 2022, 82,49% dos casos foram cometidos por homens adultos. A Organização Mundial de Saúde (2015) classifica como jovens adultos aqueles autores que possuem a idade entre 20-59 anos, dentre os quais são considerados adultos jovens aqueles entre 20-40 anos e de meia idade aqueles que possuem entre 40-59 anos.

A literatura internacional (Singh, 2020) aponta que a trajetória de homens que perpetram violência doméstica pode ser compreendida como parte de um ciclo de vida no qual as atitudes e comportamentos violentos emergem já na juventude e frequentemente persistem ou se transformam na fase adulta. No estudo realizado por Singh, 2020, identificou-se a prevalência da violência física praticada por homens jovens (em torno de 18–25 anos) em relações íntimas era de 2,5% bem como que no contexto adulto, 19,2% dos autores cometeram a violência em relacionamentos íntimos, e que fatores como exposição à violência familiar na infância se associavam significativamente à prática do ato (Singh, 2020).

Na pesquisa realizada por Melo et. Al (2021) foi identificado que os autores de violência doméstica possuíam majoritariamente idade entre 30 e 39 anos. O estudo de Vasconcelos, Holanda e Albuquerque (2016), verificou a idade média desses autores entre 35 e 33 anos. Na mesma linha, a pesquisa de Locatelli e Fernandes (2023) no estado de Mato Grosso, foi

constatado um número expressivo de casos em que os autores de violência doméstica entre parceiros íntimos eram homens adultos, chegando a 47,10% dos casos de violência doméstica naquele estado, corroborando assim com os resultados encontrados no presente trabalho.

Além do ciclo de vida de autores de violência doméstica entre parceiros íntimos o número de envolvidos na violência também foi analisado. Na tabela 03 é possível observar os dados referentes ao número de envolvidos na violência doméstica entre parceiros íntimos:

Tabela 03
Número de Envolvidos na violência praticada contra a mulher no Estado do Pará entre 2018 a 2022

Variáveis	F	%
Nº de Envolvidos		
Um	11605	95,29
Dois	757	6,22
Ignorado	12	0,10
Não se aplica	52	0,43
Total	12.179	100,0

Na tabela 03 constatou-se a predominância da violência cometida por apenas um autor de violência doméstica, caracterizando o total de 95,29% dos casos de violência registrados no Estado do Pará nos anos de 2018 a 2022.

Grande parte da literatura científica descreve que a violência doméstica entre parceiros íntimos ocorre predominantemente por um único autor, geralmente um homem que adota um padrão recorrente de controle, intimidação e violências físicas ou sexuais. Essa dinâmica reflete o caráter instrumental da violência, utilizada como meio para manter domínio e subordinação da parceira (García-Moreno et al., 2006; Johnson, 2008; Schraiber et al., 2017). A análise da Tabela 3 confirma essa tendência, ao indicar que 93,78% dos casos notificados no estado do Pará

envolveram apenas um autor de violência, enquanto 6,22% dos registros apontaram a participação de dois ou mais autores.

A ocorrência de episódios com múltiplos autores, embora minoritária, representa um fenômeno relevante para a compreensão das redes de violência familiar e comunitária. Estudos evidenciam que a prática de violência por dois ou mais autores contra uma mesma vítima é uma realidade em contextos familiares ou de relações múltiplas, onde o controle e a coerção são socialmente compartilhados (García-Moreno et al., 2006; Kapiga et al., 2017; Koenig et al., 2003). Em muitos desses casos, mulheres vítimas de violência conjugal relatam também terem sido agredidas por outros membros da família, como sogros, irmãos ou filhos, configurando um padrão de coautoria da violência. Essa dinâmica tende a ocorrer em ambientes em que normas patriarcais e relações coletivas de poder legitimam a submissão feminina não apenas ao parceiro, mas também a outras figuras masculinas da família extensa (Koenig et al., 2003).

Pesquisas nacionais corroboram essa perspectiva, conforme os dados observados nos estudos de Duarte e Lima (2020) e Schraiber et al. (2007), os quais revelaram que algumas mulheres relataram episódios em que a violência foi cometida simultaneamente por mais de um autor, como companheiro e familiares próximos. Esses achados reforçam a compreensão de que a violência doméstica entre parceiros íntimos pode assumir caráter coletivo e relacional, sustentado por crenças culturais e redes familiares que reforçam a dominação masculina. Ainda assim, os dados indicam que a incidência majoritária corresponde a casos de autoria individual, o que confirma o predomínio do padrão coercitivo unipessoal nas relações de violência doméstica entre parceiros íntimos.

Outro aspecto encontrado nos dados é sobre o local de ocorrência. A tabela 04 sinaliza o local da ocorrência que os atos violentos foram praticados.

Tabela 04
Local de ocorrência da violência praticada contra a mulher no Estado do Pará entre 2018 a 2022

Variáveis	F	%
Local de Ocorrência		
Residência	9811	80,6
Habitação Coletiva	160	1,3
Escola	23	0,2
Local de Prática	14	0,1
Bar/Similar	167	1,4
Via Pública	767	6,3
Comércio/Serviços	91	0,7
Indústrias/Construção	4	0,0
Outros	839	6,9
Não se Aplica	1	0,0
Ignorado	549	4,5
Total	12.179	100,0

A Tabela 4 revela que 80,6% dos casos notificados ocorreram na residência das vítimas. Esse dado evidencia que o ambiente doméstico oferece condições propícias à repetição e à manutenção do ciclo da violência, por possibilitar o isolamento da vítima, a invisibilidade social do autor e a dificuldade de intervenção externa (Schraiber et al., 2007). Além disso, normas culturais que associam a vida familiar à esfera privada contribuem para o silenciamento e a naturalização desses episódios (Jewkes et al., 2015). Assim, a residência não se configura apenas como o cenário mais frequente das violências, mas também como o espaço simbólico onde se reproduzem padrões históricos de gênero e desigualdade que sustentam a violência entre parceiros íntimos.

De modo convergente, estudos internacionais (Black et al., 2011) apontam que os episódios de violência praticados por parceiros íntimos ocorrem predominantemente em contextos domiciliares, seja na casa da vítima, do autor ou na residência conjugal. A Organização Mundial da Saúde (World Health Organization [WHO], 2006) e Black et al. (2011)

destacam que o lar é o local mais frequentemente informado para a ocorrência desses atos, tornando-se o principal cenário da violência doméstica praticada entre parceiros íntimos.

Pesquisas nacionais também corroboram esse achado, a exemplo do estudo de Madureira et al. (2014) que verificou que 84,6% dos casos de violência doméstica contra mulheres ocorreram dentro da residência. De modo semelhante, Rodrigues e Bezerra (2021) identificaram que, entre os anos de 2009 e 2019, o lar foi o espaço mais recorrente de ocorrência dos atos violentos, justamente por ser um ambiente privado, distante da observação e do conhecimento de familiares, vizinhos ou amigos, o que favorece a impunidade e a continuidade da violência.

Embora o lar se destaque como o principal local de ocorrência, a literatura também reconhece que uma parcela relevante dos episódios de violência ocorre fora do ambiente doméstico. Pesquisas apontam que bares, festas, vias públicas e outros espaços de lazer figuram como contextos de risco, especialmente quando associados ao consumo de álcool e à presença de situações de conflito (Cunradi et al., 2012; McKinney et al., 2009). Esses estudos demonstram que o consumo de bebidas em ambientes públicos está correlacionado ao aumento da frequência e da gravidade dos episódios de violência entre parceiros, além de ser fator frequentemente presente em registros de atendimentos em serviços de emergência (Cunradi et al., 2011; Cunradi et al., 2012).

Nessa mesma direção, Zaleski et al. (2010) observaram que muitos episódios de violência entre parceiros íntimos têm início em espaços públicos, como bares e festas, onde o consumo de álcool e a interação social favorecem a ocorrência de conflitos que evoluem para violências físicas. Esses achados confirmam que, embora o lar permaneça como o principal cenário da violência doméstica, os locais públicos também desempenham papel relevante na dinâmica das agressões, sobretudo em contextos de lazer e sociabilidade noturna.

Outro aspecto avaliado foi a situação conjugal entre os envolvidos. A Tabela 05 sinaliza sobre a situação conjugal que ocorre entre o autor de violência doméstica e a vítimas. Tal dado é importante, pois revela a relação estabelecida no momento da violência praticada.

Tabela 05

Situação Conjugal dos autores com as vítimas de violência doméstica no Estado do Pará entre 2018 e 2022.

Variáveis	F	%
Situação Conjugal		
Solteiro	5201	42,7
Casado/União	5244	43,1
Viúvo	64	0,5
Separado	1336	11,0
Não se Aplica	109	0,9
Ignorado	472	3,9
Total	12179	100,0

Nos casos notificados no estado do Pará, observa-se que 43,1% das ocorrências ocorreram na constância de casamento ou união estável entre o autor e a vítima. Foi possível identificar ainda que 11,0% dos casos envolveram indivíduos que já estavam separados, o que evidencia que a violência pode persistir mesmo após o rompimento formal da relação, indicando a continuidade de dinâmicas de controle e coerção para além da convivência conjugal.

Entretanto, os dados apresentados na Tabela 05 também sugerem que a violência doméstica entre parceiros íntimos não se limita exclusivamente a situações conjugais estáveis. Isso se torna evidente ao observar que 42,7% dos registros classificam o autor como “solteiro”, categoria que não implica necessariamente ausência de vínculo afetivo, mas pode englobar relações não formalizadas, como namoros, relacionamentos recentes ou mesmo vínculos já encerrados, mas ainda atravessados por intimidade e conflito. Assim, a violência por parceiro

íntimo deve ser compreendida como um fenômeno relacional mais amplo, que pode ocorrer em diferentes configurações afetivas, e não apenas no interior do casamento ou da união estável.

Nota-se que a incidência de violência doméstica entre parceiros íntimos está profundamente relacionada a fatores socioculturais, entre os quais o machismo se destaca como uma das principais causas. Essa estrutura ideológica se manifesta por meio de atitudes e práticas de desvalorização do papel da mulher, naturalizadas no cotidiano e transmitidas entre gerações como comportamentos aceitáveis. Tais atitudes, incorporadas desde a infância no processo de socialização, perpetuam uma cultura que reduz a mulher à condição de objeto, passível de manipulação e controle (Tenório, 2019).

A literatura sobre o tema também enfatiza o papel das masculinidades como construções sociais e históricas que moldam as formas de expressão, os discursos e as práticas afetivas dos homens. Essa concepção considera que não há uma masculinidade única ou estável, mas múltiplas formas que variam conforme os contextos culturais, regionais e econômicos, sendo constantemente redefinidas pelas relações sociais (Connell e Messerschmidt, 2013; Welzer-Lang, 2001). Em sociedades marcadas pelo sexismo, como a brasileira, a masculinidade tende a ser estruturada pela negação do feminino e pela valorização de atributos tradicionalmente associados ao poder, à força e ao controle. Essa lógica de diferenciação reforça desigualdades de gênero e legitima práticas violentas, consolidando o poder masculino como eixo central das relações sociais (Saffioti, 2015; Zanello, 2018). Assim, a ideia de superioridade masculina se naturaliza, servindo como base para a reprodução de comportamentos coercitivos e abusivos contra as mulheres (Connell e Messerschmidt, 2013).

Esse processo está diretamente vinculado ao patriarcado, entendido como um sistema histórico e estrutural que organiza as relações de gênero e sustenta a dominação masculina. O

patriarcado é reproduzido e reforçado por instituições como a família, a religião, a escola e o sistema jurídico, que atribuem às mulheres papéis sociais restritos, especialmente os ligados ao cuidado doméstico e à dependência econômica, perpetuando sua posição de subordinação (Lerner, 2019).

Nessa mesma linha, o estudo de Sousa (2014) destaca que a análise da dominação masculina e do patriarcado constitui ferramenta fundamental para compreender as desigualdades de gênero e o comportamento violento dos homens contra as mulheres, particularmente em contextos regionais de alta incidência, como o estado do Pará, classificado como o oitavo do país em número de casos de violência doméstica (DataSenado, 2024).

Cabe ressaltar, contudo, que a Ficha de Notificação utilizada nos registros oficiais limita-se a identificar o tipo formal de vínculo existente entre as partes envolvidas, sem abranger outras formas de relação afetiva, como namoros recentes ou já encerrados. Essa limitação metodológica impacta a compreensão detalhada dos casos, especialmente quando se observa que, em grande parte das notificações, o autor e a vítima são registrados como solteiros, sem especificação sobre a natureza real do relacionamento. Tal ausência de detalhamento dificulta análises mais precisas sobre os vínculos afetivos e o contexto relacional que precede os episódios de violência, reforçando a necessidade de interpretações cautelosas e de aprimoramento dos instrumentos de registro.

Outro aspecto importante levado em consideração no Registro das Notificações foi se os prováveis autores de violência doméstica entre parceiros íntimos, no momento da prática da violência, estavam sob o efeito do uso de álcool. A tabela 06 revela os casos notificados no Estado do Pará considerando esta variável:

Tabela 06

Uso de álcool pelos autores de violência doméstica entre 2018 a 2022.

Variáveis	F	%
Uso de Álcool		
Sim	6119	50,24
Não	4130	33,91
Ignorado	2149	17,65
Não se Aplica	28	0,23
Total	12179	100,0

Entre os casos notificados, observa-se que, em aproximadamente metade dos registros (50,24%), os autores de violência doméstica entre parceiros íntimos estavam sob efeito de álcool no momento do episódio. Em 33,91% dos casos não houve consumo relatado, enquanto 17,65% das notificações apresentaram essa informação como ignorada. Esses dados indicam a relevância do uso de substâncias psicoativas, especialmente o álcool, como variável associada à ocorrência de comportamentos violentos no contexto conjugal.

A literatura internacional reforça essa associação ao demonstrar que o consumo de álcool por homens está diretamente relacionado à prática de violência doméstica. O álcool atua como um fator proximal, aumentando a probabilidade de comportamentos agressivos ao reduzir a capacidade de regulação emocional, elevar a impulsividade e intensificar respostas violentas diante de frustrações ou conflitos cotidianos (Bayless e Harvey, 2017; Giancola et al., 2011; Shubina et al., 2023). Outros estudos evidenciam que o consumo de álcool está frequentemente correlacionado a comportamentos de controle e intimidação dentro das relações, sugerindo que seu efeito não é necessariamente causal, mas sim modulador, amplificando predisposições e padrões de dominação já existentes nos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos (Cunradi et al., 2012; Gilchrist et al., 2019).

No contexto brasileiro, investigações corroboram o papel central do álcool na dinâmica da violência praticada por homens contra parceiras íntimas. O consumo abusivo é

frequentemente apontado como elemento constitutivo do ambiente de violência, influenciando tanto o início quanto a escalada dos episódios (Albuquerque et al., 2016; Bezerra e Rodrigues, 2021; Cavalcante et al., 2018). Essas evidências indicam que o uso de álcool deve ser compreendido como parte de um conjunto de fatores biopsicossociais que interagem com as contingências relacionais e culturais da masculinidade.

Cabe ressaltar que, nos registros do SINAN, a informação referente ao consumo de álcool pelo provável autor da violência não é, em geral, atestada por exames toxicológicos ou outros meios objetivos de confirmação, sendo majoritariamente baseada no relato da vítima e/ou na percepção do profissional de saúde responsável pelo atendimento, que pode registrar a suspeita a partir de sinais clínicos observáveis ou informações coletadas no momento da notificação. Dessa forma, trata-se de uma variável sujeita a limitações, como subnotificação, desconhecimento da vítima ou ausência de confirmação formal, o que exige cautela na interpretação dos dados, embora não diminua sua relevância como indicador epidemiológico associado à violência por parceiro íntimo.

Assim, destaca-se que as características dos prováveis autores identificadas nas notificações foram analisadas de forma articulada e correlacional, permitindo observar associações relevantes entre variáveis como sexo, ciclo de vida, vínculo conjugal, local de ocorrência e uso de álcool. De modo geral, os dados revelam características predominantes de autores masculinos, majoritariamente adultos, com atuação individual e episódios ocorrendo principalmente no espaço doméstico, evidenciando a centralidade das relações íntimas e do ambiente residencial na dinâmica da violência. Além disso, a elevada proporção de registros envolvendo consumo de álcool reforça a interação entre fatores biopsicossociais e padrões culturais de masculinidade na perpetração da violência. Assim, esse conjunto de achados fornece

um panorama abrangente sobre os principais elementos que caracterizam os autores de violência doméstica entre parceiros íntimos no estado do Pará, contribuindo para uma compreensão mais aplicada do fenômeno e subsidiando estratégias de prevenção e intervenção direcionadas.

Dessa forma, a análise das características biopsicossociais dos autores de violência doméstica precisa ser articulada às informações sobre as vítimas, de modo a identificar padrões de interação, contextos e motivações subjacentes ao ato violento. Esse enfoque integrado permite compreender diferenças entre subgrupos de autores e desenvolver estratégias de prevenção, intervenção e acompanhamento mais eficazes voltadas à população masculina envolvida em episódios de violência doméstica (Albuquerque et al., 2016; Bezerra e Rodrigues, 2021; Cavalcante et al., 2018).

Características das Vítimas

A análise das características das vítimas revela-se fundamental para a compreensão dos fatores biopsicossociais associados aos homens autores de violência doméstica. Identificar essas características permite compreender o fenômeno da violência contribuindo, assim, para a formulação de estratégias de enfrentamento mais eficazes. Importa mencionar que 100% dos casos notificados, foram informados por vítimas do sexo feminino.

Em primeiro lugar, faz-se necessário destacar a idade das vítimas de violência doméstica. Para facilitar a análise das informações contidas no banco de dados, cujas idades das vítimas variavam de 18 a 104 anos, realizou-se a classificação da faixa etária dessas vítimas, a cada 05 anos. A Tabela 07 apresenta a faixa etária das vítimas de violência doméstica, a partir dessa classificação realizada:

Tabela 07
Faixa etária das vítimas de violência doméstica ocorrida no Estado do Pará entre 2018 a 2022

Variáveis	f	%
Faixa Etária Vítimas		
18 --- 22	1496	12,3
23 --- 27	2156	17,7
28 --- 32	2162	17,8
33 --- 37	2168	17,8
38 --- 42	1864	15,3
43 --- 47	1134	9,3
48 --- 52	642	5,3
53 --- 57	336	2,8
58 --- 62	225	1,8
63 --- 67	129	1,1
68 --- 72	50	0,4
73 --- 77	22	0,2
78 --- 83	13	0,1
84 --- 88	18	0,1
89 --- 104	11	0,1
Total	12179	100,0

A análise da Tabela 7 demonstrou que a média de idade entre as vítimas é de 33 anos, com variação entre 18 e 89 anos. As faixas etárias mais prevalentes situam-se entre 33 e 37 anos (17,8%), em igual proporção à faixa de 28 a 32 anos (17,8%), seguida por 23 a 27 anos (17,7%). Esses dados indicam uma concentração de casos na fase adulta jovem, período reconhecido pela literatura como de maior vulnerabilidade à violência doméstica.

Estudos internacionais confirmam esse padrão, apontando que mulheres entre 18 e 34 anos são as principais vítimas de violência cometida por parceiros íntimos. Essa fase da vida é marcada por maior envolvimento em relações afetivas estáveis e pela consolidação de papéis sociais, o que aumenta a exposição a contextos de controle e conflito (Sardinha et al., 2022; Stöckl et al., 2014). No Brasil, na pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2025) constatou que 37,5% das mulheres entrevistadas relataram ter sofrido algum tipo de violência

nos últimos 12 meses, com maior prevalência entre 25 e 35 anos, reforçando o predomínio da vitimização na adultez jovem.

A compreensão dessa distribuição etária pode ser aprofundada pela teoria do ciclo de vida humana, que propõe a divisão da vida adulta em três fases: adultez emergente, intermediária e tardia. A adultez emergente, segundo Arnett (2000), abrange indivíduos entre 18 e 25 anos e caracteriza-se por intensas transições pessoais, como mudanças de residência, início da vida profissional e formação de vínculos íntimos. Já a adultez intermediária, compreendida entre 26 e 45 anos, é marcada pela estabilidade profissional e familiar, bem como por desafios relacionados à conciliação entre responsabilidades domésticas e laborais. A adultez tardia, iniciada por volta dos 46 anos, envolve mudanças físicas e psicológicas associadas ao envelhecimento e pode representar nova fase de vulnerabilidade em função do isolamento social e da dependência emocional ou financeira.

Essas distinções etárias são fundamentais para interpretar os diferentes graus de exposição à violência ao longo da vida adulta. Mulheres na adultez emergente podem ser mais vulneráveis pela menor experiência em relacionamentos e pela dependência financeira; na adultez intermediária, enfrentam pressões relacionadas ao acúmulo de funções e à sobrecarga familiar; e, na adultez tardia, a solidão e a dependência física podem elevar o risco de vitimização (Arnett, 2000).

Dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) entre 2020 e 2022 corroboram esses achados, ao apontar que, dos 819.813 casos registrados, a faixa de 20 a 29 anos concentra o maior número de vítimas (185.376 casos), evidenciando maior vulnerabilidade na adultez emergente (Doity, 2022). O *Atlas da Violência 2024* também reforça essa tendência, indicando que cerca de 50% das vítimas têm entre 15 e 39 anos, intervalo que abrange o final da

adolescência e a adultez intermediária, enquanto crianças de 0 a 9 anos representam 15,2% e mulheres acima de 60 anos, apenas 6,4% (Midiamax, 2024).

A pesquisa do Instituto DataSenado (2023) acrescenta que a primeira ocorrência de violência costuma acontecer entre 19 e 24 anos, período em que as mulheres apresentam menor experiência relacional e maior dependência econômica. Apesar da redução relativa na adultez tardia (a partir dos 46 anos), a persistência dos casos nessa faixa etária sugere que fatores como isolamento social e fragilidade física mantêm a exposição à violência (DataSenado, 2023; Doity, 2022).

Além da idade das vítimas, foi feita uma análise acerca da raça das vítimas de violência doméstica entre parceiros íntimos dos casos notificados entre 2018 a 2022 no Estado do Pará. A tabela 08 refere-se às características étnico racial/cor das vítimas de violência doméstica entre parceiros íntimos.

Tabela 08

Raça das vítimas de violência doméstica ocorrida no Estado do Pará entre 2018 e 2022

Variáveis	F	%
Raça Vítimas		
Branca	1981	16,3
Preta	1507	12,4
Amarela	61	0,5
Parda	8733	71,7
Indígena	64	0,5
Ignorado	57	0,5
Não se Aplica	23	0,2
Total	12179	100,0

No estudo realizado por DeKeseredy et al. (2018) verificou-se que mulheres negras e pardas apresentam maior risco de sofrer violência física e psicológica por parceiros íntimos em comparação com mulheres brancas. Além disso, Dutton e Goodman (2005) observaram que mulheres pertencentes a minorias raciais são mais propensas a violências graves e recorrentes,

evidenciando que fatores socioeconômicos e raciais contribuem significativamente para a exposição à violência. Esses estudos revelam que a cor ou raça da vítima é um determinante importante do risco de violência doméstica, independentemente do contexto cultural.

Os dados do Censo de 2022 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstrou que pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população brasileira se declarou parda (45,3%), seguidas de brancas (43,5%), preta (10,2%), indígenas (0,6%) e amarelas (0,4%), sendo que na Região Norte 67,2% se autodeclararam pardas e 20,7% de cor branca.

No Brasil, conforme o Atlas da Violência 2024, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), revelou que, com base nos registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) de 2022, 49,6% das vítimas se autodeclararam pardas, 36,5% negras (pretas) e 13,9% brancas.

De forma complementar, o DataSenado (2023), indicou que mulheres pardas representam a maior proporção das vítimas de violência doméstica, e que fatores como desigualdade econômica e baixa escolaridade estão diretamente relacionados à vulnerabilidade à violência.

A literatura enfatiza ainda que a interseção entre raça, classe social e gênero aumenta significativamente a exposição das mulheres à violência doméstica. Mulheres pardas e negras enfrentam barreiras estruturais, discriminação racial e oportunidades socioeconômicas limitadas, o que potencializa sua vulnerabilidade (Costa, 2024).

A escolaridade também é um dado importante para ser analisado. A tabela 09 traz informações acerca da escolaridade das vítimas de violência doméstica.

Tabela 09
Escolaridade das vítimas de violência doméstica ocorrida no estado do Pará nos anos de 2018 a 2022

Variáveis	f	%
Escolaridade Vítima		
Analfabeto	83	0,7
1ª a 4ª série incompleta do EF	546	4,5
5ª à 8ª incompleta do EF	1797	14,8
EMI	1272	10,4
ESI	655	5,4
4ª série completa do EF	234	1,9
Ensino Fundamental Completo	951	7,8
Ensino Médio Completo	4400	36,1
Ensino Superior Completo	1253	10,3
Ignorado	967	7,9
Não se Aplica	268	2,2
Total	12179	100,0

A análise da Tabela 9 revelou que 36,1% das vítimas notificadas possuíam ensino médio completo, seguidas por 14,8% com escolaridade entre a 5ª e a 8ª série incompleta do ensino fundamental, e 10,4% com ensino médio incompleto. Esses dados indicam que a maioria das mulheres em situação de violência doméstica possui nível médio de escolaridade, o que sugere a presença de vulnerabilidades específicas associadas à posição socioeconômica intermediária.

Neste contexto, o aumento da escolaridade feminina estaria diretamente relacionado à redução da probabilidade de ocorrência de violência psicológica, física e sexual cometida por parceiro íntimo, tanto no curto quanto no longo prazo. A educação amplia o acesso à informação, fortalece a autonomia e potencializa o enfrentamento das desigualdades de gênero (Weitzman, 2018). De forma complementar, estudos recentes observaram que a prevalência de violência física e sexual é mais elevada entre mulheres com escolaridade fundamental, sendo que cerca de 4,1% relataram formas concomitantes de violência (Zhao et al., 2025).

Em âmbito nacional, a escolaridade das mulheres aparece como fator crucial na prevenção da violência doméstica. Evidências apontam maior risco de abuso entre mulheres mais jovens e não brancas, o que reforça a interseccionalidade entre gênero, raça e educação. O baixo nível educacional está associado a dificuldades no acesso a serviços de saúde e apoio psicológico, ampliando os impactos físicos e emocionais da violência (Carvalho et al., 2018; Pinto et al., 2025).

As informações apresentadas nesta seção evidenciam que, embora as vítimas de violência doméstica possuam características heterogêneas, há padrões consistentes entre diferentes contextos socioculturais. Observa-se que a maior vulnerabilidade concentra-se nas fases da adultez emergente e intermediária, abrangendo mulheres entre 18 e 39 anos, período da vida marcado por transições sociais, econômicas e afetivas, como a consolidação profissional, a maternidade e a formação de vínculos conjugais, que podem aumentar a exposição à violência (DataSenado, 2023; Doity, 2022).

Entretanto, os dados desta pesquisa evidenciam que a violência doméstica não se restringe exclusivamente a mulheres com baixa escolaridade, uma vez que proporções semelhantes foram observadas entre vítimas com ensino médio incompleto (10,4%) e aquelas com ensino superior completo (10,3%). Tal achado sugere que, embora a escolaridade possa atuar como fator de proteção em determinados contextos, ela não elimina o risco de vitimização, indicando que a violência por parceiro íntimo atravessa diferentes níveis educacionais e se mantém vinculada a estruturas de gênero, poder e controle presentes nas relações afetivas.

Assim, a escolaridade deve ser compreendida como um fator relevante, porém não isolado, na análise da vulnerabilidade das vítimas, interagindo com outros marcadores sociais como idade, raça/cor e condições socioeconômicas. Mulheres com menor nível de instrução

podem enfrentar barreiras adicionais no acesso a serviços de assistência e proteção, mas mesmo níveis educacionais mais elevados não impedem a ocorrência da violência, reforçando seu caráter estrutural e multifatorial (Carvalho et al., 2018; Pinto et al., 2025; Weitzman, 2018; Zhao et al., 2025).

Além da educação, a etnia e a cor também exercem papel central na vulnerabilidade das vítimas. Estudos nacionais revelam que a maioria das mulheres que sofrem violência doméstica se autodeclara parda, seguidas por negras e, em menor proporção, brancas, um retrato que reflete desigualdades históricas e a sobreposição de fatores de opressão relacionados à raça, classe e gênero (Costa, 2024; DataSenado, 2023; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024). Tais dimensões inter-relacionadas demonstram que a vulnerabilidade não se restringe a um único marcador social, mas resulta da combinação entre idade, escolaridade e posição socioeconômica, revelando que os autores de violência doméstica tendem a escolher alvos que se encontram em posições de menor poder e maior dependência.

De modo geral, a análise do perfil das vítimas permite compreender aspectos relevantes do comportamento dos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos. A concentração de casos entre mulheres jovens e com menor escolaridade indica que esses autores tendem a agir em contextos marcados por desigualdade de poder, dependência emocional e vulnerabilidade econômica, condições estas que favorecem o controle e a submissão da parceira. Assim, o comportamento violento não se manifesta de forma aleatória, mas dentro de estruturas de dominação sustentadas por padrões históricos de gênero e desigualdade social.

Características da Natureza da Violência

Nas seções anteriores foram analisadas as características dos autores e das vítimas de violência doméstica entre parceiros íntimos, o que permitiu uma compreensão de que a violência

doméstica entre parceiros íntimos resulta de uma interação complexa entre fatores individuais, relacionais e contextuais. Enquanto o perfil dos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos evidencia padrões de comportamento associados ao controle, à dominação e à manutenção de papéis tradicionais de gênero, as características das vítimas revelaram condições de vulnerabilidade que favorecem a perpetuação dessas dinâmicas.

Diante disso, nesta seção serão apresentados os dados descritivos relativos à natureza das violências praticadas, buscando examinar como esses fatores se expressam concretamente nos diferentes tipos de violência e de que forma tais manifestações refletem as contingências sociais e culturais que sustentam o ciclo da violência nas relações íntimas. A tabela 10 apresenta informações sobre a zona de ocorrência, o local, os horários (os quais foram divididos em turnos para melhor visualização do leitor) e o tipo de violência praticada nos casos notificados.

Tabela 10
Zona de ocorrência, local, hora, e violência dos casos ocorridos no Pará entre 2018 a 2022

Variáveis	f	%
Contexto de Ocorrência		
Urbana	11482	94,28
Rural	687	5,64
Periurbana	39	0,32
Ignorado	72	0,59
Não se Aplica	146	1,20
Total	12179	100,0
Hora		
06 ---- 12:59 (manhã)	2795	22,95
13 --- 17:59h (tarde)	1796	14,75
18 --- 23:59 (noite)	3818	31,35
00 --- 05:59h (madrugada)	1353	11,11
Local de Ocorrência		
Residência	9811	80,6
Habitação Coletiva	160	1,3

Escola	23	0,2
Local de Prática	14	0,1
Bar/Similar	167	1,4
Via Pública	767	6,3
Comércio/Serviços	91	0,7
Indústrias/Construção	4	0,0
Outros	839	6,9
Não se Aplica	1	0,0
Ignorado	549	4,5
Total	12179	100,0

Violência Física

Sim	6824	56,0
Não	5599	46,0
Ignorado	3	0,0
Total	12179	100,0

Violência Psicológica

Sim	10097	82,9
Não	2320	19,0
Ignorado	7	0,1
Não se Aplica	2	0,0
Total	12179	100,0

Violência Sexual

Sim	402	3,3
Não	12002	98,5
Ignorado	18	0,1
Não se Aplica	4	0,0
Total	12179	100,0

Violência Financeira

Sim	845	6,9
Não	11556	94,9
Ignorado	21	0,2
Não se Aplica	4	0,0
Total	12179	100,0

Outras Violências

Sim	392	3,2
Não	11981	98,4
Ignorado	49	0,4
Não se Aplica	4	0,0

Total	12179	100,0
Tipos de Violência		
Não Polimorfa	6361	52,23
Polimorfa	4940	40,56
Ignorado	1125	9,24
Total	12179	100,0

Os dados analisados revelam padrões consistentes sobre os contextos em que os autores de violência doméstica entre parceiros íntimos atuam no estado do Pará entre 2018 e 2022. Esses achados permitem compreender as condições ambientais, temporais e sociais que favorecem a manifestação de comportamentos violentos, bem como as contingências que mantêm tais práticas.

A predominância de casos em áreas urbanas (94,28%) indica que os autores de violência tendem a agir com maior frequência em contextos citadinos, onde há maior densidade populacional e pressões sociais. Essa tendência decorre não apenas da visibilidade e do acesso facilitado aos serviços de denúncia, mas também das condições psicossociais e econômicas próprias das cidades (Schraiber et al., 2007). A Organização Mundial da Saúde (WHO, 2021) reforça que as notificações urbanas são mais frequentes tanto pelo maior acesso institucional quanto pela exposição dos autores a fatores estressores e padrões culturais que legitimam o controle masculino sobre as mulheres. De forma convergente, estudos apontam que o aumento da violência em grandes centros relaciona-se à sobrecarga de estresse, desemprego e tensões conjugais, que ampliam a probabilidade de comportamentos coercitivos (Bezerra e Rodrigues, 2021; García-Moreno et al., 2006). Nessas regiões, a convivência próxima e a manutenção de relações assimétricas de poder intensificam o exercício de dominação por parte do autor de violência doméstica entre parceiros íntimos.

No que se refere à variável temporal, observa-se que 31,35% das ocorrências se concentraram entre 18h e 23h59, seguidas de 22,95% entre 6h e 12h59. Essa distribuição sugere que os episódios tendem a ocorrer em períodos de menor controle social, sobretudo à noite, quando o ambiente doméstico se torna mais reservado. Pesquisas anteriores demonstram que o período noturno é aquele em que os conflitos conjugais se intensificam, frequentemente associados ao consumo de álcool e ao acúmulo de tensões cotidianas (Cunradi et al., 2012; McKinney et al., 2009). Além disso, o isolamento nesse horário reduz a probabilidade de intervenção externa, favorecendo a ação do autor (Madureira et al., 2014). Tal padrão pode ser interpretado à luz da teoria social da aprendizagem, segundo a qual comportamentos violentos tendem a emergir em contextos com baixa presença de contingências punitivas ou de controle social (Bandura, 1973).

A análise do local da violência confirma que 80,6% dos episódios ocorreram dentro da residência, evidenciando que o lar é o principal cenário de atuação dos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos. Essa constatação reflete o caráter relacional da violência doméstica, frequentemente exercida em espaços de intimidade e privacidade. Pesquisas demonstram que a residência é o ambiente mais recorrente onde ocorre a prática da violência doméstica entre parceiros íntimos, pois oferece esse autor condições de controle e de manutenção da coerção (Black et al., 2011; García-Moreno et al., 2006). Outros estudos corroboram esse achado, apontando que o ambiente doméstico possibilita ao autor de violência doméstica entre parceiros íntimos exercer domínio e impor padrões de poder patriarcais que reforçam a subordinação feminina (Locatelli e Fernandes, 2023; Madureira et al., 2014).

Quanto aos tipos de violência praticada, observou-se que 56,0% foram físicas, 82,9% psicológicas, 3,3% sexuais, 6,9% financeiras e 3,2% de outras naturezas. Esses percentuais

revelam o uso de múltiplas estratégias coercitivas, com a violência psicológica destacando-se como a mais prevalente, conforme identificado em estudos recentes (Gonçalves et al., 2023). A sobreposição de diferentes formas de violência em 40,56% dos casos indica repertórios comportamentais complexos, sustentados por contingências múltiplas e reforçadas socialmente. Tais episódios apresentam natureza cíclica e multifatorial, refletindo padrões de controle e dominação que se retroalimentam ao longo do tempo (Cavalcante et al., 2018; Heise, 1998).

Em síntese, verifica-se que esses estudos, em consonância com os dados obtidos no estado do Pará, apontam que os autores de violência doméstica entre parceiros íntimos atuam majoritariamente em contextos urbanos, em períodos de menor controle social e dentro do ambiente familiar, vez que é um espaço onde exercem poder e autoridade de forma coercitiva. A prevalência da violência psicológica e a sobreposição de diferentes formas de violência indicam repertórios comportamentais complexos e persistentes. Assim, compreender as condições ambientais e sociais que favorecem a emissão desses comportamentos é essencial para orientar políticas de prevenção e intervenção centradas na modificação das contingências que mantêm o ciclo da violência.

Outro ponto que merece destaque são os meios de violência utilizados pelos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos, conforme se observa na tabela 11.

Tabela 11
Meios de Violência utilizados pelos autores na violência doméstica entre 2018 a 2022 no estado do Pará.

Variáveis	f	%
Força Corporal		
Sim	6012	49,4
Não	6338	52,0
Ignorado	53	0,4
NA	23	0,2
Enforcamento		

Sim	785	6,4
Não	11549	94,8
Ignorado	62	0,5
NA	30	0,2
Objeto Contundente		
Sim	485	4,0
Não	11833	97,2
Ignorado	62	0,5
NA	46	0,4
Objeto Cortante		
Sim	776	6,4
Não	11550	94,8
Ignorado	61	0,5
NA	39	0,3
Envenenamento		
Sim	19	0,2
Não	12290	100,9
Ignorado	64	0,5
NA	53	0,4
Arma de Fogo		
Sim	150	1,2
Não	12181	100,0
Ignorado	62	0,5
NA	33	0,3
Ameaça		
Sim	6931	56,9
Não	5417	44,5
Ignorado	62	0,5
NA	16	0,1
Total	12179	100,0

Os dados apresentados na tabela 11 fornecem uma visão detalhada sobre os tipos específicos de violências cometidas em casos de violência doméstica no Pará entre 2018 e 2022. Observa-se que a maioria das violências foi realizada por meio de ameaças (56,9%) e uso da força corporal (49,4%). Outros métodos, como enforcamento (6,4%), objetos cortantes (6,4%) e objetos contundentes (4,0%), foram menos frequentes. A utilização de armas de fogo foi

reportada em apenas 1,2% dos casos, enquanto envenenamento foi registrado em 0,2%. Além disso, 21,7% dos casos envolveram outros tipos de violência não especificados.

Na pesquisa de Moroskoski (2021), identificou-se que as violências físicas e psicológicas são as mais predominantes nos casos de violência doméstica, destacando-se a violência psicológica como a mais recorrente. Em consonância, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), em parceria com o DataSenado, realizou uma pesquisa estadual sobre violência contra a mulher em Mato Grosso, que apontou resultados semelhantes: violências físicas, como socos e empurrões, aparecem entre as formas mais comuns, seguidas de ameaças verbais e perseguições. Gonçalves et. Al (2023), por sua vez, identificaram que 34% dos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos empregaram algum tipo de instrumento, sendo relatados pelas vítimas o uso de objetos perfurocortantes, armas de fogo, cintos e objetos contundentes, entre outros.

Análise Exploratória dos Dados

Características dos Prováveis Autores

Esta seção visa analisar os dados exploratórios das características biopsicossociais dos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos: sexo dos autores, número de envolvidos, ciclo de vida dos autores e uso de álcool durante o episódio da violência, com o intuito verificar possíveis associação estatisticamente relevante entre as variáveis.

Na Tabela 12, verifica-se a associação entre a variável sexo dos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos com as variáveis ciclo de vida do autor, número de envolvidos e uso de álcool.

Tabela 12
Associação entre o sexo dos autores e as variáveis ciclo de vida do autor, número de envolvidos e uso de álcool.

Variáveis	Masculino	Ambos/ sexos	Ignorado	NA	Total	X ²	P-valor
Nº de Envolvidos	<i>f(p)</i>	<i>f(p)</i>	<i>f(p)</i>	<i>f(p)</i>	<i>f(p)</i>		
Um	11383 (92,40)	54 (0,40)	65 (0,50)	2 (0,00)	11504 (93,40)	0,23	11,660
Dois ou mais	736 (6,00)	6 (0,00)	11 (0,10)	0 (0,00)	753 (6,10)		
Ignorado	10 (0,10)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	10 (0,10)		
NA	50 (0,40)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	50 (0,40)		
Ciclo de Vida							
Adolescente	141 (1,10)	4 (0,00)	1 (0,00)	0 (0,00)	146 (1,20)	208,35	0,000
Jovem	961 (7,80)	6 (0,00)	4 (0,00)	0 (0,00)	971 (7,90)		
Adulto	9887 (80,30)	42 (0,30)	35 (0,30)	2 (0,00)	9966 (80,90)		
Idoso	349 (2,80)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	349 (2,80)		
Ignorado	841 (6,80)	8 (0,10)	36 (0,30)	0 (0,00)	885 (7,20)		
Uso de Álcool							
Sim	6046 (49,10)	28 (0,20)	4 (0,00)	0 (0,00)	6078 (49,30)	534,72	0,000
Não	4047 (32,90)	22 (0,20)	3 (0,00)	1 (0,00)	4073 (33,10)		
Ignorado	2046 (16,80)	9 (0,10)	67 (0,50)	0 (0,00)	2140 (17,40)		
Não se aplica	22 (0,20)	1 (0,00)	2 (0,00)	1 (0,00)	26 (0,20)		

Nota: NA - Não se aplica

A Tabela 12 revelou duas associações estatisticamente significativas entre o sexo dos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos e as variáveis ciclo de vida e uso de álcool ($p < 0,000$). Os resultados indicam que a maior parte dos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos pertence à fase adulta (80,9%), e que quase metade relatou o consumo de álcool (49,3%) no momento da ocorrência. Esses achados sinalizam que predominante os autores são adultos do sexo masculino, indicando que os episódios de violência tendem a ocorrer em contextos relacionais consolidados, nos quais há convivência cotidiana, maior estabilidade conjugal e acúmulo de responsabilidades sociais e econômicas.

As evidências empíricas apontam que a vida adulta constitui a fase de maior incidência de violência doméstica praticada por parceiros íntimos. Esse padrão reflete o momento de maior densidade das interações familiares e conjugais, em que se sobrepõem papéis sociais, responsabilidades financeiras e exigências emocionais (Arnett, 2000). Essa combinação de fatores tende a intensificar conflitos e a favorecer a manifestação de comportamentos coercitivos (Schraiber et al., 2007). Estudos confirmam (Bezerra e Rodrigues, 2021; Locatelli e Fernandes, 2023).essa tendência, demonstrando que o predomínio de autores de violência doméstica entre parceiros íntimos na fase adulta está relacionado a padrões relacionais consolidados e a dinâmicas conjugais de longa duração, frequentemente marcadas por hierarquias e desigualdades de poder (Bezerra e Rodrigues, 2021; Locatelli e Fernandes, 2023).

O uso de álcool, presente em 49,10% dos casos analisados, destaca-se como um dos principais fatores de risco associados à prática de violência doméstica entre parceiros íntimos. O consumo de bebidas alcoólicas compromete o controle inibitório, reduz a capacidade de julgamento e altera processos cognitivos e emocionais, favorecendo a impulsividade e a agressividade (Zaleski et al., 2010).Pesquisas (Cunradi et al., 2012; Madureira et al., 2014; McKinney et al., 2009) indicam que o álcool atua como elemento desinibidor do comportamento, exacerbando o conflito familiares e aumentando a probabilidade de comportamentos violentos em situações de estresse (Cunradi et al., 2012; Madureira et al., 2014; McKinney et al., 2009).

Resultados semelhantes foram encontrados em investigações (Bayless e Harvey, 2017; Beck e Heinz, 2013; Giancola et al., 2011; Heinz et al., 2011) que associam o consumo de álcool à perda de controle emocional e à dificuldade de autorregulação, o que potencializa a incidência da prática da violência doméstica entre parceiros íntimos. Esses efeitos aumentam a suscetibilidade a respostas agressivas diante de situações conflito, especialmente no contexto

conjugal (Bayless e Harvey, 2017; Beck e Heinz, 2013; Giancola et al., 2011; Heinz et al., 2011). Além disso, pesquisas (Kravitz et al., 2015; Oscar-Berman e Marinković, 2007) demonstram que indivíduos que cometem violência sob o efeito de álcool frequentemente apresentam disfunções executivas, caracterizadas por impulsividade, desinibição e dificuldade de avaliar as consequências de seus atos (Kravitz et al., 2015; Oscar-Berman e Marinković, 2007). Essa rigidez cognitiva e emocional tende a se associar à manutenção de crenças sexistas e de atitudes de controle sobre as parceiras, perpetuando padrões de dominação o que aumenta o risco de reincidência (Romero-Martínez et al., 2013).

Embora o álcool não seja uma causa direta da violência doméstica entre parceiros íntimos, ele atua como catalisador de comportamentos previamente aprendidos e reforçados em interações conjugais marcadas por coerção e poder (Leonard, K. E., 2005). Evidências recentes demonstram (Ashmore et al., 2023; Javaid, 2015) que a violência doméstica entre parceiros íntimos segue frequentemente uma sequência funcional, na qual tensões e tentativas de controle antecedem os episódios de violência física; tais episódios produzem alívio momentâneo do conflito, o que reforça o comportamento violento e contribui para a manutenção do ciclo (Ashmore et al., 2023). O consumo de álcool intensifica essa dinâmica ao reduzir a sensibilidade do autor de violência doméstica entre parceiros íntimos a estímulos punitivos e facilitar respostas mais intensas, automáticas e desproporcionais (Javaid, 2015).

Em suma, os resultados empíricos indicam que a violência doméstica entre parceiros íntimos é frequentemente praticada por homens adultos e está associada ao uso de álcool, configurando um padrão de comportamento sustentado por fatores individuais e culturais, ou seja, o consumo de álcool potencializa condutas violentas internalizadas em uma lógica patriarcal, ao mesmo tempo em que compromete a capacidade de controle e reflexão dos autores de violência

doméstica entre parceiros íntimos. Assim, compreender a violência doméstica entre os parceiros íntimos requer uma abordagem ampla, que considere não apenas os atos em si, mas também as condições históricas, cognitivas e sociais que moldam e perpetuam tais comportamentos.

Associação entre Características dos Autores a as Características das

Vítimas

Para avaliar as características das vítimas associada com as características dos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos.

Destaca-se que nos resultados do teste qui quadrado, o cruzamento das variáveis, sexo do autor, número de envolvidos e ciclo de vida, com as variáveis das vítimas (sexo, faixa etária, raça e situação conjugal) não apresentaram associações estatisticamente significante. A Tabela 13 apresenta o cruzamento da variável número de envolvidos com a variável escolaridade das vítimas de violência doméstica entre parceiros íntimos:

Tabela 13

Associação entre o número de envolvidos e as características biopsicossociais das vítimas de violência doméstica entre parceiros íntimos

Variáveis	Um	Dois ou mais	Ignorado	NA	Total	X²	P-valor
Escolaridade	f(p)	f(p)	f(p)	f(p)	f(p)		
Analfabeto	73 (0,60)	6 (0,00)	0 (0,00)	1 (0,00)	80 (0,70)		
1ª a 4ª série incompleta do EF	489 (4,00)	33 (0,30)	2 (0,00)	6 (0,00)	530 (4,40)		
4ª do EF	198 (1,60)	29 (0,20)	0 (0,00)	1 (0,00)	228 (1,90)		
5ª à 8ª do EF	1645 (13,50)	111 (0,90)	3 (0,00)	8 (0,10)	1767 (14,50)		
EFC	889 (7,30)	48 (0,40)	0 (0,00)	2 (0,00)	939 (7,70)		
EMI	1172 (9,60)	70 (0,60)	0 (0,00)	8 (0,10)	1250 (10,30)	126,6	0,01
EMC	4062 (33,40)	232 (1,90)	1 (0,00)	11 (0,10)	4306 (35,40)		
ESI	605 (5,00)	32 (0,30)	2 (0,00)	2 (0,00)	641 (5,30)		
ESC	1169 (9,60)	65 (0,50)	1 (0,00)	0 (0,00)	1235 (10,10)		
Ignorado	867 (7,10)	66 (0,50)	1 (0,00)	7 (0,10)	941 (7,70)		
Não se aplica	214 (1,80)	44 (0,40)	0 (0,00)	4 (0,00)	262 (2,20)		

Nota: NA - Não se aplica

A Tabela 13 revelou uma associação estatisticamente significativa entre o número de envolvidos e a escolaridade das vítimas ($\chi^2 = 126,61$; $p < 0,01$). Embora a variável em análise se refira à escolaridade das mulheres, os resultados permitem compreender como as condições educacionais influenciam o padrão de comportamento dos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos. Isto porque, observa-se que os episódios tendem a ocorrer com maior frequência entre as vítimas mulheres com ensino médio completo (33,4%), seguidas por aquelas com ensino fundamental entre a 5ª e a 8ª série (13,5%), ensino médio incompleto (9,6%) e ensino superior completo (9,6%). Esses dados sugerem que o comportamento dos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos está inserido em contextos relacionais nos quais persistem assimetrias de poder e controle, independentemente do grau de instrução das vítimas.

A ausência de escolaridade compromete de forma significativa a capacidade das mulheres de enfrentarem situações adversas com autonomia e informação (Acosta et al., 2013). Essa limitação educacional restringe o acesso as estratégias de proteção e a oportunidades de inserção no mercado de trabalho, reduz a independência financeira e amplia a dependência em relação ao parceiro. Tal cenário favorece a perpetuação do comportamento controlador e violento por parte dos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos (Acosta et al., 2013; Labronici et al., 2010).

Pesquisas internacionais (García-Moreno et al., 2013; Naved e Persson, 2005) reforçam que a escolaridade é um fator central nas dinâmicas de violência conjugal. Homens tendem a adotar comportamentos mais coercitivos e dominadores em contextos de desigualdade educacional ou quando percebem ameaça à sua posição de autoridade. A violência, nesse caso, funciona como uma forma de reafirmação de poder diante da autonomia crescente das parceiras (García-Moreno et al., 2013; Naved e Persson, 2005).

Além disso, as relações conjugais formais ou estáveis tendem a reforçar dependências emocionais, sociais e financeiras, criando um ambiente propício à naturalização da violência e à consolidação da figura masculina como detentora do controle. Nesses vínculos, o autor da violência tende a agir motivado por uma percepção de posse e direito sobre a mulher, comportamento que se intensifica em relacionamentos duradouros, nos quais o poder e a manipulação moral se tornam mais evidentes. Esse padrão demonstra que o prolongamento do vínculo conjugal pode consolidar o domínio masculino, mesmo em contextos em que as mulheres atingem níveis mais altos de escolaridade (Carvalho, 2010; Moura et al., 2012).

Entretanto, a violência também se manifesta em relações informais ou não institucionalizadas. Estudos apontam (Locatelli, 2023; Moura et al., 2012) que vínculos afetivos não formalizados reproduzem dinâmicas semelhantes de controle e dominação, em que o autor da violência utiliza estratégias coercitivas para manter o controle emocional e simbólico sobre a parceira. Esse comportamento é sustentado pela vulnerabilidade da vítima e pelo medo de retaliações. Além disso, o rompimento da relação não necessariamente encerra os episódios de violência; ao contrário, o término pode funcionar como gatilho para comportamentos ainda mais agressivos, motivados pelo desejo do autor de restabelecer o controle perdido (Locatelli, 2023; Moura et al., 2012).

As evidências apontam, portanto, que o comportamento dos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos está profundamente relacionado a estruturas educacionais e relacionais que reforçam desigualdades de poder. Discrepâncias de escolaridade entre parceiros aumentam significativamente o risco de violência, especialmente quando o homem possui menor instrução e percebe a parceira como ameaça ao seu status (Howard e Gibson, 2022). Essa desigualdade tende a se associar a traços de baixa flexibilidade cognitiva, impulsividade e

resistência à mudança de comportamento, características essas frequentemente observadas em autores de violência doméstica entre parceiros íntimos reincidentes (Kravitz et al., 2015; Oscar-Berman e Marinković, 2007).

Dessa forma, a associação entre escolaridade e violência doméstica revela como a desigualdade de poder e dependência atua como mecanismo de controle masculino. A prática da violência emerge, assim, como instrumento de manutenção da autoridade e de reafirmação de papéis de gênero tradicionais. Mesmo quando a mulher conquista maior autonomia educacional ou financeira, a reação violenta do autor pode refletir uma tentativa de restaurar o domínio perdido, evidenciando o caráter relacional, coercitivo e reativo desses comportamentos.

Associação entre as Características dos Autores de Violência Doméstica entre Parceiros Íntimos e as Características da Natureza das Violências

Neste tópico será realizada a apresentação dos dados associado às características dos autores (sexo, ciclo de desenvolvimento e número de envolvidos) com as características da natureza da violência como: violência física; violência psicológica; violência tortura; violência sexual; violência tráfico; violência financeira; violência negligência e; violência outro tipo. Importa destacar que neste trabalho foi criada a categoria violência polimorfa, compreendida como aquelas notificações em que se verificou a presença concomitante de mais de um tipo de violência praticada e; não polimorfa, quando constante apenas um tipo de violência.

A tabela 14 apresenta as associações significativas entre a variável número de envolvidos dos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos com as variáveis violência física, tipos de violência (quando ocorre apenas uma forma de violência, não polimorfa e quando ocorre mais de um tipo simultaneamente, polimorfia).

Tabela 14

Associação entre o número de envolvidos e as violências praticadas pelos autores

Variáveis	Um	Dois ou mais	Ignorado	NA	Total	X ²	P-valor
Violência Física	f(p)	f(p)	f(p)	f(p)	f(p)		
Sim	6171 (50,70)	459 (3,80)	9 (0,10)	44 (0,40)	6683 (54,90)	45,96	0,000
Não	5209 (42,80)	277 (2,30)	1 (0,00)	6 (0,10)	5493 (45,10)		
Ignorado	3 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	3 (0,00)		
Tipos de Violência							
Polimorfa	5035 (41,30)	370 (3,10)	8 (0,10)	29 (0,20)	5442 (44,70)		
Não Polimorfa	6286 (51,60)	363 (3,00)	2 (0,00)	21 (0,20)	6672 (54,80)	19,110	0,040
Ignorado	62 (0,50)	3 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	65 (0,50)		

Nota: NA - Não se aplica

A Tabela 14 demonstra que a associação entre o número de envolvidos e a violência física apresentou significância estatística ($\chi^2 = 45,96$; $p < 0,000$). Em 50,7% ($n = 6.171$) das notificações, observou-se a prática de violência física por um único autor, o que evidencia a predominância de comportamentos violentos cometidos de forma isolada, sem necessidade de convivência ou reforço direto de terceiros.

A atuação individual do autor de violência doméstica entre parceiros íntimos revela ainda um padrão de aprendizagem social da violência, no qual o comportamento agressivo é mantido por experiências anteriores de êxito no exercício de poder (Bandura, 1973). No estudo realizado por Johnson e Ferraro (2000) foi apontado que a violência tende a ser modelada em contextos familiares e sociais que naturalizam o uso da força como instrumento de resolução de conflitos. Assim, a persistência desses comportamentos reflete um histórico de reforçamento social e cultural que legitima a coerção e a autoridade masculina.

A violência física destaca-se como a forma mais recorrente nos estudos sobre violência doméstica entre parceiros íntimos, conforme evidenciado em diferentes contextos regionais do Brasil. Bezerra e Rodrigues (2021) observaram que, em São Luís (MA), a violência física aparece como o tipo mais notificado, representando o modo mais direto de coerção e controle

exercido pelos autores sobre as vítimas. De forma semelhante, Madureira (2014) identificou que os autores de violência doméstica entre parceiros íntimos detidos em flagrante praticavam majoritariamente violências físicas, reforçando a expressão de poder e dominação masculina como mecanismo de imposição de autoridade. Já Gedrat, Silveira e Almeida Neto (2022) apontam que esse padrão reflete a naturalização social da força física como instrumento de resolução de conflitos conjugais, sustentada por crenças culturais que legitimam o uso da violência em situações de desobediência ou confronto no âmbito doméstico. Assim, a prevalência da violência física está vinculada tanto à sua visibilidade e impacto imediato quanto às dinâmicas patriarcais que estruturam as relações de gênero no contexto conjugal brasileiro.

Além disso, Vasconcelos et al. (2016) verificaram que, entre os casos analisados na Delegacia da Mulher de Vitória de Santo Antão (PE), 65% dos registros correspondiam à violência física e 60,4% à psicológica, confirmando a predominância do dano corporal nas notificações. Essa expressiva incidência de violências físicas decorre do fato de que tais atos produzem consequências observáveis, ferimentos, hematomas e incapacidades, o que facilita a denúncia e o registro oficial, em comparação com outras formas de violência, frequentemente invisibilizadas (Vasconcelos et al., 2016). Além do aspecto da visibilidade, Gedrat et al. (2022) complementam que o uso da força física traduz contingências relacionais mantidas por reforços sociais e culturais que associam masculinidade à dominação e ao controle.

A análise da variável tipos de violência também apresentou associação estatisticamente significativa ($\chi^2 = 19,110$; $p < 0,040$), com 44,7% dos casos envolvendo polimorfia, ou seja, mais de um tipo de violência, sendo 54,8% não polimorfos, apenas um tipo de violência. Esse resultado confirma que os autores de violência doméstica entre parceiros íntimos tender a praticar a uma única forma de violência.

Nos estudos de Stith et al. (2004) e Madureira et al. (2014), foi identificada a prática de múltiplos tipos de violência em mais de um terço dos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos investigados. Na pesquisa de Vasconcelos et al. (2016) também foi observado que a violência física (65%) e a psicológica (60,4%) são as mais recorrentes entre esses dos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos, frequentemente combinadas em um mesmo episódio.

Essa dinâmica é sustentada por fatores culturais e relacionais que reforçam a desigualdade de gênero e a crença na autoridade masculina. Neste sentido, Baum (2005) e Carrara e Araújo (2020) destacam em seus estudos que a violência doméstica opera como um comportamento funcional, mantido por contingências sociais e psicológicas que reforçam o poder e a dominação.

Diante desse cenário, Wilson e Daly (1998) observaram a existência de uma escalada da violência, compreendida como um processo gradual em que os comportamentos violentos se tornam mais intensos e frequentes, à medida que o autor de violência doméstica entre parceiros íntimos busca reafirmar seu poder e controle sobre a parceira. Assim, quando o domínio emocional ou simbólico exercido sobre a vítima é ameaçado, por exemplo, por tentativas de autonomia ou ruptura do vínculo, esse autor tende a ampliar a gravidade das violências ou recorrer a novas formas de comportamentos violentos para restabelecer a hierarquia e o controle na relação.

Deste modo, os resultados da Tabela 14 revelam características dos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos, posto que agem de forma isolada e utilizam repertórios violentos diversos, ajustando seus comportamentos às respostas da vítima e às contingências do ambiente. A combinação de violência física e polimorfismo reflete padrões funcionais e

persistentes de dominação, sustentados por variáveis culturais e históricas que reforçam a hierarquia de gênero e a desigualdade nas relações íntimas.

Outro importante ponto que merece ser destacado é que as notificações elencam ainda as os meios de violência praticadas pelos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos, as quais podem ser enumeradas da seguinte forma: força corporal; enforcamento objeto contundente; Objeto perfuro-cortante; substancia; Envenenamento; Arma de fogo; Ameaça; entre outros.

A tabela 15 apresenta a associação da variável número de envolvidos com os meios de violência utilizados pelos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos que evidenciaram uma associação estatisticamente relevante:

Tabela 15
Associação entre número de envolvidos e os meios de violência utilizados pelos autores de violência doméstica

Variáveis	Um	Dois ou mais	Ignorado	NA	Total	X ²	P-valor
Força Corporal	f(p)	f(p)	f(p)	f(p)	f(p)		
Sim	5454 (44,80)	391 (3,20)	6 (0,00)	38 (0,30)	5889 (48,40)	73,25	0,00
Não	5865 (48,20)	340 (2,80)	4 (0,00)	9 (0,10)	6218 (51,10)		
Ignorado	47 (0,40)	3 (0,00)	0 (0,00)	1 (0,00)	51 (0,40)		
Não se Aplica	17 (0,20)	2 (0,00)	0 (0,00)	2 (0,00)	21 (0,20)		
Perfuro Cortante							
Sim	689 (5,70)	64 (0,50)	3 (0,00)	9 (0,10)	765 (6,30)	37,69	0,04
Não	10603 (87,10)	667 (5,50)	7 (0,10)	39 (0,30)	11316 (92,90)		
Ignorado	56 (0,50)	2 (0,00)	0 (0,00)	1 (0,00)	59 (0,50)		
Não se Aplica	35 (0,30)	3 (0,00)	0 (0,00)	1 (0,00)	39 (0,30)		
Ameaça							
Sim	6408 (52,60)	378 (3,10)	3 (0,00)	12 (0,10)	6801 (55,80)	92,28	0,00
Não	4910 (40,30)	351 (2,90)	7 (0,10)	35 (0,30)	5303 (43,50)		
Ignorado	54 (0,40)	5 (0,00)	0 (0,00)	1 (0,00)	60 (0,50)		
Não se Aplica	11 (0,10)	2 (0,00)	0 (0,00)	2 (0,00)	15 (0,10)		
Agressão Outros							
Sim	2463 (20,20)	118 (1,00)	2 (0,00)	3 (0,00)	2586 (21,20)	138,05	0,00
Não	8751 (71,90)	607 (5,00)	8 (0,10)	40 (0,30)	9406 (77,20)		
Ignorado	112 (0,90)	3 (0,00)	0 (0,00)	1 (0,00)	116 (1,00)		
Não se aplica	57 (0,50)	8 (0,10)	0 (0,00)	6 (0,00)	71 (0,60)		

Nota: NA - Não se aplica

A Tabela 15 evidencia uma associação estatisticamente significativa entre o número de envolvidos e o uso de força corporal ($\chi^2 = 73,25$; $p < 0,001$), indicando que, em 44,8% (n = 5.454) das notificações, a violência foi praticada por um único autor de violência doméstica entre parceiros íntimos. Esse achado reforça o entendimento de que a violência física direta constitui o principal meio de controle e coerção nas relações íntimas. Segundo estudo conduzido por Johnson (2008), a violência doméstica entre parceiros íntimos tende a se estruturar em torno de um padrão de “terrorismo íntimo”, caracterizado por atos repetitivos de violência física e psicológica empregadas por um único parceiro para estabelecer dominação contínua. Do ponto de vista comportamental, o uso da força corporal é reforçado pela sua eficácia imediata em reduzir resistência e garantir submissão, o que explica sua manutenção ao longo do tempo em contextos culturais que legitimam a autoridade masculina (Carrara e Araújo, 2020).

Em relação ao uso de objetos perfurocortantes, também se evidenciou uma associação significativa ($\chi^2 = 37,69$; $p < 0,04$). A pesquisa de Bezerra e Rodrigues (2021), que corrobora esses resultados vez que identificaram predominância de armas brancas em episódios mais graves ocorridos em São Luís/MA, indicando que os autores de violência doméstica entre parceiros íntimos selecionam os meios de violência conforme sua capacidade de causar dano, intimidação e controle. Essa escolha instrumental reflete o que Stark (2007) denomina coerção coercitiva, em que diferentes formas de violência são utilizadas como ferramentas estratégicas de domínio.

O uso de ameaças, por sua vez, apresentou associação altamente significativa ($\chi^2 = 92,28$; $p < 0,001$) e foi o tipo mais recorrente, registrado em 52,6% (n = 6.408) dos casos. As ameaças

funcionam como instrumentos simbólicos de dominação, capazes de manter o controle por meio do medo, sem necessidade de violência física imediata, mecanismo esse que Dobash e Dobash (1992) descrevem como “controle coercitivo não físico”, no qual o poder é exercido pela antecipação do castigo.

Por fim, a categoria outros meios de violência ($\chi^2 = 138,05$; $p < 0,001$) abrangeu 20,2% ($n = 2.463$) dos casos, indicando uma diversificação de estratégias de agressão. No estudo de Caldeira (2012) foi observado que autores de violência doméstica entre parceiros íntimos que apresentam traços de impulsividade e hostilidade tendem a alternar entre múltiplas formas de violência, ajustando seu comportamento às respostas da vítima. Esse padrão comportamental reflete, portanto, a complexidade funcional da violência doméstica entre parceiros íntimos, na qual diferentes formas de violência operam de modo complementar para assegurar a manutenção do controle e da hierarquia de gênero (Johnson, 2008; Stark, 2007).

Assim, os resultados indicam que a violência doméstica entre parceiros íntimos reflete padrões consistentes de controle e dominação, sustentados por fatores culturais e relacionais. A análise dos meios e formas de violência escolhidos pelos autores da violência doméstica entre parceiros íntimos demonstra que esses comportamentos não são eventuais, mas parte de uma dinâmica estruturada de poder, na qual o sujeito ajusta suas ações para manter a submissão da parceira.

Deste modo, a violência doméstica entre parceiros íntimos não se manifesta de forma aleatória, mas segue um padrão funcional que articula diferentes formas de agressão em torno da manutenção do poder e da coerção. A predominância da força corporal, associada ao uso de ameaças, objetos e outros meios de violência, revela a intencionalidade dos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos em garantir a submissão e o controle da parceira, ajustando

suas ações conforme as contingências do contexto relacional (Caldeira, 2012; Johnson, 2008; Stark, 2007). Essa estrutura de dominação, sustentada por valores culturais que legitimam a autoridade masculina e o uso da força como recurso disciplinador (Carrara e Araújo, 2020), demonstra que a violência física e simbólica são componentes de um mesmo sistema de coerção, no qual o autor de violência doméstica entre parceiros íntimos mobiliza instrumentos variados para manter a hierarquia de gênero. Assim, a análise das associações estatísticas confirma que os atos violentos observados não são eventos isolados, mas expressões recorrentes de um comportamento socialmente reforçado e culturalmente mantido, que perpetua a desigualdade nas relações íntimas e a naturalização da violência contra a mulher.

Considerações Finais

A presente dissertação teve como objetivo analisar as características biopsicossociais dos autores de violência doméstica praticada entre parceiros íntimos no estado do Pará, com base nas notificações registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) no período de 2018 a 2022. A partir da análise descritiva e exploratória dos dados, buscou-se compreender as características biopsicossociais desses autores, os cenários em que a violência ocorre e os fatores individuais e ambientais que contribuem para a manutenção desse comportamento. O objetivo foi alcançado, considerando as evidências empíricas obtidas, que permitiram compreender as características biopsicossociais dos autores de violência doméstica entre parceiros íntimos e identificar variáveis associadas à dinâmica da violência doméstica.

Os resultados evidenciaram que a maioria dos autores de violência entre parceiros íntimos é composta por homens adultos, inseridos em relações íntimas e conjugais, que utilizam a violência como meio de controle e coerção sobre as vítimas. Esse achado converge com a literatura internacional e nacional, que aponta a predominância masculina como reflexo de

normas patriarcais e de desigualdades estruturais de gênero que sustentam padrões de dominação nas relações afetivas. De modo semelhante, a concentração dos episódios no ambiente doméstico também corrobora estudos que identificam a residência como principal cenário da violência, favorecida pelo isolamento da vítima e pela invisibilidade social do fenômeno.

Outro resultado relevante foi a recorrência do uso de álcool em aproximadamente metade dos casos notificados, o que reforça evidências de que o consumo de substâncias atua como fator proximal que potencializa comportamentos violentos e reduz o controle inibitório, embora não constitua causa isolada do fenômeno. Contudo, destaca-se como divergência metodológica o elevado percentual de registros ignorados nessa variável, o que aponta limitações do sistema de notificação e sugere cautela na comparação direta com estudos baseados em entrevistas ou avaliações clínicas mais detalhadas.

Observou-se ainda que a violência é predominantemente cometida por um único autor, padrão amplamente descrito na literatura como característico da violência coercitiva praticada no contexto conjugal, marcada por intimidação e controle sistemático. Ainda que minoritários, os episódios envolvendo múltiplos autores também se mostraram relevantes, indicando a possibilidade de redes familiares ou comunitárias de coautoria da violência, aspecto menos explorado em pesquisas brasileiras e que merece aprofundamento em investigações futuras.

Do ponto de vista acadêmico, este estudo contribuiu para ampliar o conhecimento sobre os autores de violência doméstica, tema ainda pouco investigado no contexto brasileiro, onde predominam abordagens centradas exclusivamente nas vítimas. Ao articular os dados empíricos do SINAN com a literatura especializada, foi possível compreender a violência não como um ato isolado, mas como um comportamento influenciado por múltiplos fatores individuais, relacionais e socioculturais. Essa perspectiva oferece subsídios relevantes para o desenvolvimento de

estratégias mais eficazes de prevenção e intervenção, incluindo programas de responsabilização e reeducação voltados aos autores.

Entretanto, é importante reconhecer as limitações da pesquisa. O uso de dados secundários provenientes do SINAN impôs restrições quanto à profundidade das informações disponíveis, especialmente no que se refere aos aspectos psicológicos e contextuais dos autores. Ademais, o preenchimento incompleto de variáveis em algumas fichas de notificação representou um desafio, restringindo análises mais robustas e comparações diretas com estudos qualitativos ou longitudinais. Tais limitações não comprometem a validade dos achados, mas reforçam a necessidade de aprimoramento dos instrumentos de registro e da inclusão de variáveis mais abrangentes sobre os autores nas notificações oficiais.

A realização desta pesquisa mostrou-se desafiadora, sobretudo pela escassez de estudos focados nos autores de violência doméstica e pela limitação de informações disponíveis em bases públicas. Nesse sentido, recomenda-se que futuras investigações aprofundem a compreensão sobre trajetórias, percepções e motivações desses indivíduos, integrando dados de diferentes fontes, como processos judiciais, avaliações psicológicas e pareceres de assistência social. A multidisciplinaridade mostra-se essencial para produzir respostas mais completas e humanizadas diante da complexidade do fenômeno.

Diante desse cenário, conclui-se que a violência doméstica praticada por parceiros íntimos constitui um fenômeno complexo e multideterminado, atravessado por fatores individuais, relacionais e estruturais. Compreender os autores da violência é fundamental para romper o ciclo de violências, deslocando o foco exclusivo das vítimas para uma análise que também abarque quem perpetua o comportamento. Tal perspectiva é indispensável para que o enfrentamento da violência ultrapasse a dimensão punitiva e alcance o campo da prevenção, da

responsabilização e da transformação social. Assim, espera-se que esta dissertação contribua para ampliar o olhar científico sobre os autores de violência doméstica entre parceiros íntimos e sirva como base para novas pesquisas e políticas públicas voltadas à promoção de relações mais justas, respeitadas e seguras.

Referências

- Abramsky, T., Watts, C. H., García-Moreno, C., Devries, K., Kiss, L., Ellsberg, M., Jansen, H. A. F. M., e Heise, L. (2011). What factors are associated with recent intimate partner violence? Findings from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence. *BMC Public Health*, *11*(109), 1–17. <https://doi.org/10.1186/1471-2458-11-109>
- Acosta, D. F., Gomes, V. A. O., e Barlem, E. L. D. (2013). Perfil das ocorrências policiais de violência contra a mulher. *Acta Paulista de Enfermagem*, *26*(6), 547–553. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002013000600011>
- Albuquerque Netto, L., Moura, M. A. V., Queiroz, A. B. A., Leite, F. M. C., e Silva, G. F. (2017). Isolamento de mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo: uma condição em redes sociais. *Escola Anna Nery*, *21*(1), e20170007.
- Anuário Brasileiro de Segurança Pública. (2023). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023*.
- Anuário Brasileiro de Segurança Pública. (2024). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024*.
- Anuário Brasileiro de Segurança Pública. (2025). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025*.
- Arnett, J. J. (2000). Emerging adulthood: A theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, *55*(5), 469–480. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.55.5.469>

Bandura, A. (1973). *Aggression: A social learning analysis*.

https://www.academia.edu/40055016/AGGRESSION_a_social_learning_analysis

Batista, J. M. S., Trigueiro, T. H., Lenardt, M. H., Mazza, V. A., e Labronici, L. M. (2013). O modelo bioecológico: desvendando contribuições para a práxis da enfermagem diante da violência doméstica. *Escola Anna Nery*, 17(1), 173–178.

Baum, W. M. (2005). *Understanding behaviorism: Behavior, culture, and evolution* (2ª ed.).

Bayless, S. J., e Harvey, A. J. (2017). Testing alcohol myopia theory: Examining the effects of alcohol intoxication on simultaneous central and peripheral attention. *Perception*, 46(1), 90–99. <https://doi.org/10.1177/0301006616672221>

Beck, A., e Heinz, A. (2013). Alcohol-related aggression: Social and neurobiological mechanisms. *Nature Reviews Neuroscience*, 14(8), 536–547.

<https://doi.org/10.1038/nrn3549>

Bezerra, A. R., e Rodrigues, Z. M. R. (2021). Violência contra mulheres: O perfil da vítima e do autor de violência em São Luís-MA. *Revista do Departamento de Geografia*, 41(1), e176806.

Bezerra, M. L., e Rodrigues, A. C. (2021). Perfil dos agressores em casos de violência doméstica em São Luís (MA): um estudo de dez anos. *Revista Brasileira de Criminologia*, 9(2), 44–59.

Bezerra, S. M. M. S., e Rodrigues, M. M. P. (2021). Violência doméstica e conjugal: Aspectos psicossociais e comportamentais. *Revista Psicologia e Sociedade*, 33(1), 1–13.

- Black, M. C., Basile, K. C., Breiding, M. J., Smith, S. G., Walters, M. L., Merrick, M. T., Chen, J., e Stevens, M. R. (2011). *The National Intimate Partner and Sexual Violence Survey (NISVS): 2010 summary report*.
- Borgogna, N. C., e McDermott, R. C. (2022). Is traditional masculinity ideology stable over time in men and women? *Psychology of Men and Masculinities*, 23(3), 347–352.
<https://doi.org/10.1037/men0000393>
- Bronfenbrenner, U., e Morris, P. A. (2007). The bioecological model of human development. In W. Damon e R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology* (pp. 793–828).
- Caldeira, M. P. (2012). Comportamento violento em relações íntimas: características psicológicas dos agressores. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(1), 122–137.
- Canuto, M. A. O., Ferreira, M. T. A., Rocha, S. S., Nogueira, L. T., e Nery, I. S. (2014). Reflections on violence against women and their interface with the quality of life. *Journal of Nursing UFPE Online*, 8(6), 1799–1803.
- Carrara, S., e Araújo, L. (2020). Violência doméstica e contingências culturais: uma leitura analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 16(2), 45–62.
- Catania, A. C. (2009). *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição*.
<https://skinnernaveia.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/08/aprendizagem-comportamento-linguagem-cognic3a7c3a3o-4c2aa-edic3a7c3a3o-catania-a.pdf>

- Cecconello, A. M., e Koller, S. H. (2003). Inserção ecológica na comunidade: Uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 515–524.
- Connell, R. W. (1995). Políticas da masculinidade. *Educação e Realidade*, 20(2), 185–206.
- Connell, R. W., e Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(1), 241–282. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>
- Cook, R. J., e Dickens, B. M. (2009). Dilemmas in intimate partner violence. *International Journal of Gynecology and Obstetrics*, 106(1), 72–75.
<https://doi.org/10.1016/j.ijgo.2009.03.005>
- Cortez, M. B., e Souza, L. (2021). A violência conjugal na perspectiva de homens denunciados por suas parceiras. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(2), 129–142.
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1), 139–167.
<https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>
- Cunradi, C. B., Todd, M., Duke, M., e Ames, G. M. (2012). Problem drinking, unemployment, and intimate partner violence among a sample of construction industry workers and their partners. *Journal of Family Violence*, 27(1), 69–78. <https://doi.org/10.1007/s10896-011-9398-3>

Eibl-Eibesfeldt, I. (1972). *Love and hate: The natural history of behavior patterns*.

Galvani, S. (2006). Alcohol and domestic violence: Women's views. *Violence Against Women*, 12(7), 641–662.

Garcia, L. P., Duarte, E. C., Freitas, L. R. S., e Silva, G. D. M. (2016). Violência doméstica e familiar contra a mulher: estudo de casos e controles com vítimas atendidas em serviços de urgência e emergência. *Cadernos de Saúde Pública*, 32(4), e00011415.
<https://doi.org/10.1590/0102-311X00011415>

García-Moreno, C., Pallitto, C., Devries, K., Stöckl, H., Watts, C., e Abrahams, N. (2013). *Global and regional estimates of violence against women: Prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence*.

Giancola, P. R., Josephs, R. A., Parrott, D. J., e Duke, A. A. (2011). Alcohol myopia and aggression: The destructive potential of self-focused attention. *Journal of Personality and Social Psychology*, 100(5), 990–1000. <https://doi.org/10.1037/a0023015>

Gomes, T. S. B. (2025). *Autores de violência doméstica: Personalidade e tendências agressivas* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará]. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, UFPA.

Heise, L. L. (1998). Violence against women: An integrated, ecological framework. *Violence Against Women*, 4(3), 262–290.

Jewkes, R., Fulu, E., Naved, R. T., Chirwa, E., Dunkle, K., Haardörfer, R., e Garcia-Moreno, C. (2017). Women's and men's reports of past-year prevalence of intimate partner violence

and rape and women's risk factors for intimate partner violence: A multicountry cross-sectional study in Asia and the Pacific. *PLoS Medicine*, 14(9), e1002381.

<https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1002381>

Johnson, M. P., e Ferraro, K. J. (2000). Research on domestic violence in the 1990s: Making distinctions. *Journal of Marriage and Family*, 62(4), 948–963.

<https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2000.00948.x>

Kadiani, A., Chaudhury, S., Saldanha, D., Pande, N., e Menon, P. (2020). Psychosocial profile of male perpetrators of domestic violence: A population-based study. *Indian Psychiatry Journal*, 29(1), 134–148.

Kravitz, A. V., Tomasi, D., LeBlanc, K. H., Baler, R., Volkow, N. D., Bonci, A., e Ferré, S. (2015). Cortico-striatal circuits: Novel therapeutic targets for substance use disorders. *Brain Research*, 1628, 186–198.

Labronici, L. M., Fegadolli, C., e Mantovani, M. F. (2010). A violência doméstica contra a mulher: realidade vivenciada e enfrentamento. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 44(2), 362–368. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342010000200019>

Madureira, A. B., Raimondo, M. L., e Souza, M. L. P. (2014). Perfil dos autores de violência doméstica: aspectos sociodemográficos e comportamentais. *Revista de Saúde Pública*, 48(5), 837–846.

Meneghel, S. N., Bairros, F., Mueller, B., Monteiro, D., Oliveira, L. P., e Collaziol, M. E. (2011). Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e

operadores em Porto Alegre. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(4), 743–752.

<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011000400013>

Organização Mundial da Saúde. (2015). *Relatório mundial de envelhecimento e saúde*.

Oscar-Berman, M., e Marinković, K. (2007). Alcohol: Effects on neurobehavioral functions and the brain. *Neuropsychology Review*, 17(3), 239–257. <https://doi.org/10.1007/s11065-007-9038-6>

Pinto, I. V., Marinho, M. F., e Malta, D. C. (2025). Risk of mortality by aggression: A retrospective cohort study in women with notification of interpersonal violence in Brazil. *Public Health*, 240(Suppl. 2), 12–17. <https://doi.org/10.1016/j.puhe.2024.12.024>

Romero-Martínez, Á., Lila, M., Catalá-Miñana, A., e Moya-Albiol, L. (2013). Executive functions, impulsivity, and intimate partner violence: Differences between abusers and non-abusers. *European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 5(2), 89–95. <https://doi.org/10.5093/ejpalc2013a4>

Sardinha, L., Stöckl, H., Maheu-Giroux, M., Meyer, S. R., Garcia-Moreno, C., e Devries, K. M. (2022). Global, regional, and national prevalence estimates of physical or sexual, or both, violence against women by male intimate partners in 2018. *The Lancet*, 399(10327), 803–813. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(21\)02664-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(21)02664-7)

Schraiber, L. B., D'Oliveira, A. F. P. L., França-Junior, I., Diniz, S., Portella, A. P., Ludermir, A. B., Valença, O., e Couto, M. T. (2007). Prevalência da violência contra a mulher por

parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 41(5), 797–807.

<https://doi.org/10.1590/S0034-89102007000500014>

Sidman, M. (1989). *Coercion and its fallout*.

<https://archive.org/details/coercionitsfallo0000sidm/page/n3/mode/2up>

Silveira, L. G. (2024). *Dimensões do apego e violência por parceiro íntimo: Um estudo com autores de violência doméstica* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará]. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, UFPA.

Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. <https://archive.org/details/dli.ernet.448915>

Stark, E. (2007). *Coercive control: How men entrap women in personal life*.

<https://psycnet.apa.org/record/2007-05264-000>

Stith, S. M., Smith, D. B., Penn, C. E., Ward, D. B., e Tritt, D. (2004). Intimate partner physical abuse perpetration and victimization risk factors: A meta-analytic review. *Aggression and Violent Behavior*, 9(2), 171–201.

Stöckl, H., Devries, K., Rotstein, A., Abrahams, N., Campbell, J., Watts, C., e Garcia-Moreno, C. (2014). Intimate partner violence among adolescents and young women: Prevalence and associated factors in nine countries. *BMC Public Health*, 14, 751.

<https://doi.org/10.1186/1471-2458-14-751>

Tinbergen, N. (1951). *The study of instinct*.

https://pages.uoregon.edu/avinash/Teach/AnimBeh/Art1_Tinbergen.pdf

DeKeseredy, W. S., Nolan, J., e Hall-Sanchez, A. (2018). Intimate partner violence victimization among heterosexual, gay, lesbian and bisexual college students: The role of pro-abuse support. *Journal of Aggression, Maltreatment and Trauma*.

<https://violenceresearch.wvu.edu/files/d/805811a8-c558-49cd-a5a2-2797387fb37c/lgb-ipv-and-pro-abuse-peer-support.pdf>

Weitzman, A. (2018). Does increasing women's education reduce their risk of intimate partner violence? Evidence from an education policy reform. *Criminology*, 56(3), 574–607.

<https://doi.org/10.1111/1745-9125.12181>

Wilson, M., e Daly, M. (1998). The evolutionary psychology of violence. In J. Archer e K. Browne (Eds.), *Human violence and aggression* (pp. 86–108).

Anexos.

Anexo I: Ficha De Notificação Individual - SINAN.

República Federativa do Brasil Ministério da Saúde		SINAN SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO		Nº			
FICHA DE NOTIFICAÇÃO INDIVIDUAL							
Caso suspeito ou confirmado de violência doméstica/intrafamiliar, sexual, autoprovocada, tráfico de pessoas, trabalho escravo, trabalho infantil, tortura, intervenção legal e violências homofóbicas contra mulheres e homens em todas as idades. No caso de violência extrafamiliar/comunitária, somente serão objetos de notificação as violências contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoa com deficiência, indígenas e população LGBT.							
Dados Gerais	1	Tipo de Notificação		2 - Individual			
	2	Agravo/doença	VIOÊNCIA INTERPESSOAL/AUTOPROVOCADA	Código (CID10) Y09			
	3	Data da notificação					
	4	UF	5	Município de notificação	Código (IBGE)		
	6	Unidade Notificadora <input type="checkbox"/> 1- Unidade de Saúde 2- Unidade de Assistência Social 3- Estabelecimento de Ensino 4- Conselho Tutelar 5- Unidade de Saúde Indígena 6- Centro Especializado de Atendimento à Mulher 7- Outros					
	7	Nome da Unidade Notificadora		Código Unidade	9	Data da ocorrência da violência	
Notificação Individual	8	Unidade de Saúde		Código (CNES)			
	10	Nome do paciente		11	Data de nascimento		
	12	(ou) Idade	1 - Hora 2 - Dia 3 - Mês 4 - Ano	13	Sexo M - Masculino F - Feminino I - Ignorado		
	14	Gestante		1-1º Trimestre 2-2º Trimestre 3-3º Trimestre 4- Idade gestacional ignorada 5-Não 6- Não se aplica 9-Ignorado			
	15	Raça/Cor		1-Branca 2-Preta 3-Amarela 4-Parda 5-Indígena 9- Ignorado			
	16	Escolaridade 0-Analfabeto 1-1ª a 4ª série incompleta do EF (antigo primário ou 1º grau) 2-4ª série completa do EF (antigo primário ou 1º grau) 3-5ª a 8ª série incompleta do EF (antigo ginásio ou 1º grau) 4-Ensino fundamental completo (antigo ginásio ou 1º grau) 5-Ensino médio incompleto (antigo colegial ou 2º grau) 6-Ensino médio completo (antigo colegial ou 2º grau) 7-Educação superior incompleta 8-Educação superior completa 9-Ignorado 10- Não se aplica					
17	Número do Cartão SUS		18	Nome da mãe			
Dados de Residência	19	UF	20	Município de Residência	Código (IBGE)		
	21	Distrito					
	22	Bairro		23	Logradouro (rua, avenida,...)	Código	
	24	Número	25	Complemento (apto., casa, ...)	26	Geo campo 1	
	27	Geo campo 2		28	Ponto de Referência	29	CEP
	30	(DDD) Telefone		31	Zona 1 - Urbana 2 - Rural 3 - Periurbana 9 - Ignorado	32	País (se residente fora do Brasil)
	Dados Complementares						
	Dados da Pessoa Atendida	33	Nome Social		34	Ocupação	
		35	Situação conjugal / Estado civil 1 - Solteiro 2 - Casado/união consensual 3 - Viúvo 4 - Separado 8 - Não se aplica 9 - Ignorado				
		36	Orientação Sexual 1-Heterossexual 2-Homossexual (gay/lésbica)		3-Bissexual 8-Não se aplica 9-Ignorado	37	Identidade de gênero: 1-Travesti 2-Mulher Transsexual 3-Homem Transsexual 8-Não se aplica 9-Ignorado
38		Possui algum tipo de deficiência/ transtorno? 1- Sim 2- Não 9- Ignorado		39	Se sim, qual tipo de deficiência / transtorno? <input type="checkbox"/> Deficiência Física <input type="checkbox"/> Deficiência visual <input type="checkbox"/> Transtorno mental <input type="checkbox"/> Outras <input type="checkbox"/> Deficiência Intelectual <input type="checkbox"/> Deficiência auditiva <input type="checkbox"/> Transtorno de comportamento		
Dados da Ocorrência	40	UF	41	Município de ocorrência	Código (IBGE)		
	42	Distrito					
	43	Bairro		44	Logradouro (rua, avenida,...)	Código	
	45	Número	46	Complemento (apto., casa, ...)	47	Geo campo 3	
	48	Geo campo 4		49	Ponto de Referência	50	Zona 1 - Urbana 2 - Rural 3 - Periurbana 9 - Ignorado
	51	Hora da ocorrência (00:00 - 23:59 horas)		52	Local de ocorrência 01 - Residência 02 - Habitação coletiva 03 - Escola 04 - Local de prática esportiva 05 - Bar ou similar 06 - Via pública 07 - Comércio/serviços 08 - Indústrias/construção 09 - Outro 99 - Ignorado		
53	Ocorreu outras vezes? 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado		54	A lesão foi autoprovocada? 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado			

Violência	55 Essa violência foi motivada por: 01-Sexismo 02-Homofobia/Lesbofobia/Bifobia/Transfobia 03-Racismo 04-Intolerância religiosa 05-Xenofobia 06-Conflito geracional 07-Situação de rua 08-Deficiência 09-Outros 88-Não se aplica 99-Ignorado	
	56 Tipo de violência 1- Sim 2- Não 9- Ignorado <input type="checkbox"/> Física <input type="checkbox"/> Tráfico de seres humanos <input type="checkbox"/> Psicológica/Moral <input type="checkbox"/> Financeira/Econômica <input type="checkbox"/> Intervenção legal <input type="checkbox"/> Tortura <input type="checkbox"/> Negligência/Abandono <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Sexual <input type="checkbox"/> Trabalho infantil	57 Meio de agressão 1- Sim 2- Não 9- Ignorado <input type="checkbox"/> Força corporal/espâncamento <input type="checkbox"/> Obj. perfuro-cortante <input type="checkbox"/> Arma de fogo <input type="checkbox"/> Enforcamento <input type="checkbox"/> Substância/Obj. quente <input type="checkbox"/> Ameaça <input type="checkbox"/> Obj. contundente <input type="checkbox"/> Envenenamento, Intoxicação <input type="checkbox"/> Outro
Violência Sexual	58 Se ocorreu violência sexual, qual o tipo? 1- Sim 2- Não 8 - Não se aplica 9- Ignorado <input type="checkbox"/> Assédio sexual <input type="checkbox"/> Estupro <input type="checkbox"/> Pomografia infantil <input type="checkbox"/> Exploração sexual <input type="checkbox"/> Outros	
	59 Procedimento realizado 1- Sim 2- Não 8 - Não se aplica 9- Ignorado <input type="checkbox"/> Profilaxia DST <input type="checkbox"/> Profilaxia Hepatite B <input type="checkbox"/> Coleta de sêmen <input type="checkbox"/> Contracepção de emergência <input type="checkbox"/> Profilaxia HIV <input type="checkbox"/> Coleta de sangue <input type="checkbox"/> Coleta de secreção vaginal <input type="checkbox"/> Aborto previsto em lei	
Dados do provável autor da violência	60 Número de envolvidos 1- Um <input type="checkbox"/> 2- Dois ou mais <input type="checkbox"/> 9- Ignorado	61 Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida 1-Sim 2-Não 9-Ignorado <input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Ex-Cônjuge <input type="checkbox"/> Amigos/conhecidos <input type="checkbox"/> Policial/agente da lei <input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Namorado(a) <input type="checkbox"/> Desconhecido(a) <input type="checkbox"/> Própria pessoa <input type="checkbox"/> Padrasto <input type="checkbox"/> Ex-Namorado(a) <input type="checkbox"/> Cuidador(a) <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Madrasta <input type="checkbox"/> Filho(a) <input type="checkbox"/> Patrão/chefe <input type="checkbox"/> Pessoa com relação institucional <input type="checkbox"/> Cônjuge <input type="checkbox"/> Irmão(ã)
	62 Sexo do provável autor da violência 1 - Masculino <input type="checkbox"/> 2 - Feminino <input type="checkbox"/> 3 - Ambos os sexos <input type="checkbox"/> 9 - Ignorado 63 Suspeita de uso de álcool 1- Sim <input type="checkbox"/> 2 - Não <input type="checkbox"/> 9- Ignorado	
64 Ciclo de vida do provável autor da violência: <input type="checkbox"/> 1-Criança (0 a 9 anos) 3-Jovem (20 a 24 anos) 5-Pessoa idosa (60 anos ou mais) 2-Adolescente (10 a 19 anos) 4-Pessoa adulta (25 a 59 anos) 9-Ignorado		
Encaminhamento	65 Encaminhamento: 1-Sim 2-Não 9-Ignorado <input type="checkbox"/> Rede da Saúde (Unidade Básica de Saúde, hospital, outras) <input type="checkbox"/> Conselho do Idoso <input type="checkbox"/> Delegacia de Atendimento à Mulher <input type="checkbox"/> Rede da Assistência Social (CRAS, CREAS, outras) <input type="checkbox"/> Delegacia de Atendimento ao Idoso <input type="checkbox"/> Outras delegacias <input type="checkbox"/> Rede da Educação (Creche, escola, outras) <input type="checkbox"/> Centro de Referência dos Direitos Humanos <input type="checkbox"/> Justiça da Infância e da Juventude <input type="checkbox"/> Rede de Atendimento à Mulher (Centro Especializado de Atendimento à Mulher, Casa da Mulher Brasileira, outras) <input type="checkbox"/> Ministério Público <input type="checkbox"/> Defensoria Pública <input type="checkbox"/> Conselho Tutelar <input type="checkbox"/> Delegacia Especializada de Proteção à Criança e Adolescente	
	66 Violência Relacionada ao Trabalho <input type="checkbox"/> 1- Sim 2- Não 9- Ignorado	67 Se sim, foi emitida a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) <input type="checkbox"/> 1- Sim 2- Não 8 - Não se aplica 9- Ignorado
Dados finais	69 Data de encerramento	

Informações complementares e observações		
Nome do acompanhante	Vínculo/grau de parentesco	(DDD) Telefone

Observações Adicionais: _____ _____ _____

Disque Saúde - Ouvidoria Geral do SUS 136	TELEFONES ÚTEIS Central de Atendimento à Mulher 180	Disque Direitos Humanos 100
---	--	---------------------------------------

Município/Unidade de Saúde	Cód. da Unid. de Saúde/CNES
Nome	Assinatura
Função	

Anexo II: Parecer Consubstanciado- Aprovação do Comitê de Ética.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: QUALIDADE DE VÍNCULOS E VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NO BRASIL: MAPEAMENTO EPIDEMIOLÓGICO, FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO E ESTRATÉGIAS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Pesquisador: Luísa Fernanda Habigzang

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 65608822.2.0000.5336

Instituição Proponente: UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.863.373

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2053993.pdf, de 28/11/2022) e/ou do Projeto Detalhado (arquivo.pdf, de 23/11/2022).

Objetivo da Pesquisa:

Objetivos Primários:

Estudo 1

Caracterizar as situações de violência familiar contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos notificadas entre 2018 e 2022 por meio do SINAN

em estados das cinco regiões do país, sendo eles Amazonas, Pará, Ceará, Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Estudo 2

Mapear e investigar fatores individuais, sociodemográficos e familiares associados aos diferentes

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703

Bairro: Partenon

CEP: 90.619-900

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3320-3345

Fax: (51)3320-3345

E-mail: cep@puhrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 5.863.373

tipos de

violência intrafamiliar.

Estudo 3

Objetivo da Pesquisa:

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

90.619 Conhecer as boas práticas para a prevenção da violência intrafamiliar executadas no território brasileiro.

Estudo 4

Desenvolver e avaliar uma tecnologia de capacitação para atuação de profissionais da saúde e assistência social que atuam em casos de violência

contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos no contexto familiar. A capacitação será destinada aos profissionais dos seguintes estados:

Amazonas, Pará, Ceará, Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Estudo 2. Desconforto ao recordar de possíveis experiências de violência na família. Estudos 3 e 4. Tempo despendido para participar da entrevista e da capacitação.

Benefícios:

Compreensão de fatores de risco e de proteção associados a experiência de violência na família com objetivo de subsidiar políticas públicas efetivas para prevenção e enfrentamento ao problema.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Esta pesquisa tem como objetivo investigar os fatores de risco e de proteção relacionados à violência no contexto familiar contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos em estados das cinco regiões do país, sendo eles: Amazonas, Pará, Ceará, Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Para

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703

Bairro: Partenon

CEP: 90.619-900

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3320-3345

Fax: (51)3320-3345

E-mail: cep@pucrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 5.863.373

tanto, foram estruturados quatro estudos: 1) “Caracterização da violência familiar a partir da análise de casos notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)”;

2) “Mapeamento e investigação de fatores individuais, sociodemográficos e familiares da violência intrafamiliar”;

3) “Mapeamento de boas práticas para prevenção de violência intrafamiliar”;

4) “Desenvolvimento e avaliação de tecnologia de capacitação para profissionais da saúde e assistência social que atuam em casos de violência familiar”. O mapeamento dos fatores de risco e de proteção permitirá estabelecer um modelo preditivo para violência familiar e, com base em evidências científicas, subsidiar políticas públicas para enfrentamento do problema, considerando especificidades regionais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados. A pendência foi respondida conforme solicitado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conforme solicitado no parecer nº 5.796.701, sobre a apreciação do projeto de pesquisa:

“QUALIDADE DE VÍNCULOS E VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NO BRASIL: MAPEAMENTO EPIDEMIOLÓGICO, FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO E ESTRATÉGIAS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL” (CAAE: 65608822.2.0000.5336), estamos encaminhando o projeto revisado cep com inclusão de informação sobre confidencialidade dos dados no estudo 1 e os TCLEs dos estudos II, III e IV com as correções sugeridas e alterações destacadas para nova apreciação. Os novos documentos são os seguintes:

TCLE estudo II rev

TCLE estudo III rev

TCLE estudo IV ver

Projeto edital família e políticas públicas rev cep

Conforme solicitação do relator quando indicou que deveríamos “Citar ‘os riscos’ do estudo 1 (pode haver quebra de confidencialidade ao manusear os dados pessoais)”, além da alteração feita no próprio projeto, destacada em cor de fonte vermelha, incluímos, na página seguinte, print do banco de dados do qual serão extraídos os dados para a pesquisa de forma a ilustrar que não há especificação de nomes e que as informações estão dispostas em conjunto e assim serão analisadas, não havendo possibilidade de identificação pessoal. Os TCLE foram revisados conforme

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703

Bairro: Partenon

CEP: 90.619-900

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (51)3320-3345

Fax: (51)3320-3345

E-mail: cep@pucrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 5.863.373

modelo que consta no site do CEP e ajustados conforme coleta online e características de cada estudo.
Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o CEP-PUCRS, de acordo com suas atribuições definidas na Resolução CNS n° 466 de 2012 e CNS n° 510 adequações indicadas nos itens: "Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória " e "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações" foram respondidas e aprovadas.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2053993.pdf	19/12/2022 16:59:45		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEestudoIV_rev.pdf	19/12/2022 16:59:03	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEestudoIII_rev.pdf	19/12/2022 16:58:45	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEestudoII_rev.pdf	19/12/2022 16:58:24	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
Outros	projetoeditalfamiliasepoliticaspUBLICASrevcep.pdf	19/12/2022 16:55:51	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
Outros	cartarespostapendencias.pdf	19/12/2022 16:54:56	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
Folha de Rosto	folharosto.pdf	28/11/2022 15:56:24	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
Outros	informacoesequipepesquisalinklattes.pdf	28/11/2022 15:50:48	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
Outros	cartaapresentacao.pdf	28/11/2022 15:49:22	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
Declaração de concordância	cartaanuencia.pdf	28/11/2022 15:48:50	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
Declaração de Pesquisadores	cartaresponsabilidade.pdf	28/11/2022 15:48:26	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
Outros	Oficiocapes.pdf	23/11/2022	Luísa Fernanda	Aceito

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucls.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 5.863.373

Outros	Oficiocapes.pdf	16:01:36	Habigzang	Aceito
Outros	CartadeAprovacaodaComissaoCientifica.pdf	23/11/2022 15:59:31	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	DocumentoUnificado.pdf	23/11/2022 15:58:48	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEestudoIV.pdf	23/11/2022 15:54:56	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEestudoIII.pdf	23/11/2022 15:54:38	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEestudoII.pdf	23/11/2022 15:54:23	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	23/11/2022 15:51:50	Luísa Fernanda Habigzang	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 25 de Janeiro de 2023

Assinado por:
Denise Cantarelli Machado
(Coordenador(a))

Endereço: Av.Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@puccrs.br